

## Convênio

Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam  
Fundação do Desenvolvimento Administrativo – Fundap  
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade

# Projeto 3

**ELEMENTOS PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES  
DE OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
NO ESTADO DE SÃO PAULO**

## Relatório Final

**Levantamento de informações**

**Volume 1**

**Novembro 2013**



FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM  
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

**Fundap**

**SEADE**

## Sumário

### VOLUME 1

APRESENTAÇÃO .....	3
SUMÁRIO EXECUTIVO .....	4
OFERTA E DEMANDA EM EDUCAÇÃO INFANTIL .....	7
CENÁRIOS SOBRE OFERTA E DEMANDA POR EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ATENDIMENTO DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE 2011-2020 .....	21
CAPACIDADE FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS NO ATENDIMENTO DAS METAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PREVISTAS NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE 2011-2020 .....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	67
ANEXO 1 – TABELAS COMPLEMENTARES DE OFERTA E DEMANDA.....	68
ANEXO 2 – MUNICÍPIOS EXCLUÍDOS DA ANÁLISE DOS GASTOS.....	81
ANEXO 3 – MUNICÍPIOS COM GASTOS EM EDUCAÇÃO INFANTIL SUPERIORES A 10% DAS RECEITAS CORRENTES .....	83
<b>VOLUME 2</b>	
ANEXO 4 – RESULTADOS POR MUNICÍPIO .....	86
<b>VOLUME 3</b>	
ANEXO 5 – LEGISLAÇÃO.....	682

## APRESENTAÇÃO

Este produto refere-se ao relatório final do projeto **ELEMENTOS PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO ESTADO DE SÃO PAULO**, que se insere no convênio CEPAM, FUNDAPE e SEADE, cujo objetivo consiste em promover a integração das equipes técnicas das três instituições, realizar estudos, elaborar documentos e promover ações de capacitação.

O presente projeto visa dimensionar a capacidade dos municípios no cumprimento das metas de atendimento escolar à população de 0 a 5 anos, preconizadas no Plano Nacional de Educação (2011-2020),<sup>1</sup> bem como subsidiar a tomada de decisão pelo governo do Estado de São Paulo sobre as possíveis ações a serem implementadas em apoio aos municípios no cumprimento da lei.

Para o desenvolvimento do trabalho realizou-se um levantamento das informações relacionadas às condições da oferta da educação infantil no Estado – dados estatísticos, documentos públicos e dispositivos legais relacionados às obrigações dos municípios. A seguir, foram construídos cenários sobre oferta e demanda por educação infantil e capacidade de financiamento dos municípios para o atendimento das metas do PNE. Como parâmetro do estudo, utilizou-se o Plano Nacional de Educação – PNE para o decênio 2011/2020, em discussão no Congresso Nacional.

A seguir, apresentam-se os resultados do estudo sobre demanda e oferta por creche e pré-escola e capacidade de financiamento dos municípios, com a apresentação dos gastos de cada município com creche e pré-escola para o período 2012 a 2020.

---

<sup>1</sup> Metas estabelecidas pelo projeto de lei que tramita no Congresso Nacional e define o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

Entre os resultados obtidos observou-se que, entre 2000 e 2010, o acesso à educação infantil para as crianças de 4 e 5 anos aumentou significativamente no Estado. Em 2010, 87% das crianças de 4 e 5 anos frequentavam escola, contra 52% em 2000. Observou-se, ainda, diminuição da desigualdade no acesso entre ricos e pobres nessa faixa etária. Já para as crianças de 0 a 3 anos, a taxa de frequência à educação infantil aumentou de 10%, em 2000, para 32%, em 2010. No entanto, a desigualdade de renda entre os que frequentam escola nessa faixa etária manteve-se praticamente inalterada nesse período, ou seja, a taxa de frequência entre as crianças pertencentes às famílias mais ricas permaneceu muito maior do que a das crianças das famílias mais pobres.<sup>2</sup>

Em 2012, 33% das crianças de 0 a 3 anos estavam na creche, sendo que as matrículas em creche totalizaram 837.453, com a participação de 53% da rede municipal, 29% da rede privada com convênio e 18% da rede privada sem convênio. Entre as crianças de 4 e 5 anos, 87% estavam frequentando pré-escola, em 2012. Nesse ano, ocorreram 1.014.089 matrículas na pré-escola, sendo 79% na rede municipal, 3% na rede privada com convênio e 18% na privada sem convênio.<sup>3</sup> Observa-se assim que a participação pública (oferta direta ou conveniada) é majoritária nos dois segmentos da educação infantil, respondendo por 82% das matrículas da creche e pré-escola.

Para que se atinja a meta, definida pelo Plano Nacional de Educação – PNE 2011-2020, de pelo menos 50% de atendimento na creche em 2020 e universalização do atendimento na pré-escola em 2016, foi realizada a projeção das vagas necessárias para cada um dos 645 municípios do Estado de São Paulo com base nas projeções populacionais calculadas pela Fundação Seade e nos dados do Censo Escolar. Como resultado, devem ser geradas 284.844 novas vagas em creches no período 2013 a 2020, totalizando 1.122.297 matrículas em 2020. Para a pré-escola, o número de novas vagas corresponde a 92.833, totalizando 100% de atendimento (ou 1.106.922 matrículas) em 2016. Para os dois casos considerou-se a oferta nas redes públicas e privadas.

A partir de um modelo de regressão linear para o período 2009 a 2012, realizou-se uma simulação do número de vagas de creche e pré-escola a serem geradas pelos municípios até 2020 e 2016, respectivamente.

Como resultado, a taxa de atendimento na creche para o total do Estado alcançaria 71,2% em 2020, com um total de vagas ofertadas no Estado da ordem de 1.598.344. Porém, quando se considera a distribuição da oferta nos 645 municípios do Estado, observa-se que

---

<sup>2</sup> Dados obtidos do Censo Demográfico 2010.

<sup>3</sup> Consideraram-se todas as matrículas em creche e pré-escola, independentemente da idade do aluno.

418 municípios apresentarão cobertura de pelo menos 50% nesse ano. Para os 227 municípios que não alcançarão a meta, projeta-se uma oferta total de 171.604 vagas em 2020, para uma demanda de 233.828, ou seja, 62.224 vagas a menos do que o necessário. Já para a pré-escola, em 2016, dos 645 municípios, 407 apresentariam taxa de atendimento igual a 100%, para 148 a taxa estará entre 90% e 100% e apenas 90 municípios registrariam valores abaixo de 90%.

Os municípios paulistas gastam, em média, 26% das suas receitas com a educação, cumprindo o dispositivo legal que impõe limite mínimo de 25% de gastos com essa área. As receitas municipais para a educação totalizaram, em 2012, R\$ 25.180.369.427,44, e os gastos, R\$ 29.029.768.222,55. Esses valores apontam um gasto de R\$ 3.849.398.795,11 acima das receitas (aproximadamente 15 %).

Os gastos médios com a educação infantil, em 2012, representaram 35% dos gastos com a educação, com valores financeiros de R\$ 10.128.820.163,07. Para cumprir as metas preconizadas pelo PNE (50% de vagas para creche, até 2020, e 100% para pré-escola, até 2016), os gastos projetados com educação infantil, para 2020, serão de R\$ 14.902.531.156,56, o que representa um acréscimo de 47% em relação aos gastos atuais.<sup>4</sup>

Esse incremento de gastos fará com que os municípios despendam 13,3% das receitas correntes municipais, em 2020, para financiar a educação infantil, sendo que, em 2012, esses gastos representaram 9%.

Quando se analisa o crescimento da oferta para o atendimento da meta de cobertura de educação infantil do PNE 2011-2020 e seu impacto nos gastos dos 645 municipais, observa-se a necessidade de graus de esforços individuais bastante diferenciados para os municípios. Os grandes municípios apresentam as dificuldades decorrentes do grande número de crianças a ser atendido, especificamente no segmento da creche. Entre os pequenos, apesar da menor demanda, o contexto socioeconômico do município media a sua capacidade de atendimento, ou seja, municípios com demandas relativamente iguais podem ter capacidades de resposta a essa demanda muito distintas.

A importância desses resultados e do tema educação infantil pôde ser verificada na oficina de trabalho realizada com especialistas, ocasião em que foi destacado o ineditismo da organização das informações, das projeções e cenários. Apresentam-se, a seguir, as principais questões discutidas.

**A necessidade de estudos e diagnósticos sobre educação infantil:** as dificuldades enfrentadas pelos municípios para o atendimento das metas implicam a necessidade de se estudar estratégias diferenciadas para o enfrentamento do problema. Enquanto os maiores

---

<sup>4</sup> Nesse cenário toda a oferta para o cumprimento das metas seria de responsabilidade do município, por meio de oferta direta ou conveniada.

municípios se deparam com grande demanda pelos equipamentos, mesmo com receita municipal substantiva, os pequenos podem enfrentar dificuldades financeiras para atender a sua demanda dado o custo operacional de uma creche.

**Formação e capacitação dos agentes educacionais para o segmento das creches:** essa capacitação poderia se dar a partir de um curso técnico profissionalizante de nível médio direcionado a capacitar os profissionais para o atendimento do segmento de 0 a 5 anos e em especial para a faixa etária de 0 a 3 anos.

**Supervisão de equipamentos conveniados:** dada a importância da rede conveniada para a oferta pública de vagas é necessário o fortalecimento e, em alguns casos, a expansão das equipes de supervisão desses equipamentos pela prefeitura.

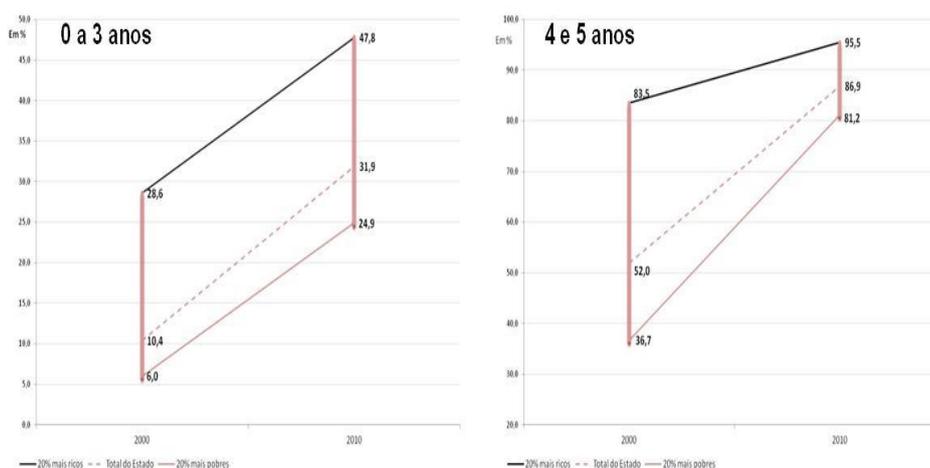
**Financiamento:** os valores apresentados apontam para um acréscimo significativo nos gastos municipais com a educação infantil. Mais do que isso, demonstram a necessidade de incremento de receitas. A melhoria na relação despesa com educação infantil e receitas municipais só acontecerá se houver ampliação das receitas. Esta, por sua vez, só ocorrerá com aumento de recursos para o financiamento da educação, por meio da ampliação das transferências ou melhoria da economia local. Sabendo-se que a melhoria da economia local é menos tangível, no curto prazo, resta, portanto, a possibilidade de aumento de transferências.

**Divulgação dos resultados apresentados na oficina:** propôs-se a divulgação do estudo para gestores municipais e estaduais e organizações que trabalham com o tema de educação infantil.

## OFERTA E DEMANDA EM EDUCAÇÃO INFANTIL

O levantamento de informações realizado mostrou que, entre 2000 e 2010, o acesso à educação infantil para as crianças de 4 e 5 anos aumentou significativamente no Estado. Em 2010, 86,9% das crianças de 4 e 5 anos frequentavam escola, contra 52,0% em 2000. Observou-se, ainda, diminuição da desigualdade no acesso entre ricos e pobres (Gráfico 1) nessa faixa etária. Já para as crianças de 0 a 3 anos, a taxa de frequência à educação infantil aumentou de 10,4%, em 2000, para 31,9%, em 2010. No entanto, a desigualdade de renda entre os que frequentam escola nessa faixa etária manteve-se praticamente inalterada nesse período, ou seja, a taxa de frequência entre as crianças pertencentes às famílias mais ricas permaneceu muito maior do que a das crianças das famílias mais pobres (Gráfico 1).

**Gráfico 1**  
**Taxas de frequência à educação infantil das crianças de 0 a 3 e de 4 e 5 anos, segundo quintis de renda familiar**  
**Estado de São Paulo – 2000-2010**



**Fonte:** IBGE. Censos Demográficos 2000 e 2010.

**Nota:** Para esta tabulação, foram excluídos moradores de domicílios com renda zero ou não informada e moradores de domicílios coletivos. Foram excluídos também os pensionistas, empregados domésticos e seus parentes.

Em 2012, 33% das crianças de 0 a 3 anos estavam na creche, sendo que as matrículas em creche<sup>5</sup> totalizaram 837.453, com a participação de 53% da rede municipal, 29% da rede privada com convênio e 18% da rede privada sem convênio. Esses resultados indicam a importância do modelo de financiamento baseado em convênios com instituições privadas para a oferta pública de creches.

<sup>5</sup> Consideraram-se todas as matrículas em creche, independentemente da idade do aluno.

Dos 645 municípios paulistas, 106 (16%) já haviam atingido a meta de 50% de matrículas de crianças de 0 a 3 anos na creche. Desses municípios, 76 (72%) possuíam menos de 10 mil habitantes e 51 pertenciam ao grupo 3 do IPRS, caracterizado por agrupar municípios pequenos com bons indicadores de saúde e escolaridade. Entre os que atingiram a meta, apenas oito tinham mais de 100 mil habitantes e nenhum município com mais de 500 mil habitantes havia alcançado a meta em 2012.

Entre as crianças de 4 e 5 anos, 87% estavam frequentando pré-escola, em 2012. Nesse ano, ocorreram 1.014.089 matrículas na pré-escola, sendo 79% na rede municipal, 3% na rede privada com convênio e 18% na privada sem convênio.<sup>6</sup>

Dos 645 municípios do Estado, 226 (35%) já haviam atingido a meta de universalização do acesso à pré-escola, sendo que 50% possuíam menos de 10 mil habitantes e 34% pertenciam ao grupo 3 do IPRS. Dois municípios com mais de 500 mil habitantes haviam alcançado a meta em 2012 e, entre aqueles com população entre 100 mil e 500 mil, 23 já haviam atingido a meta nesse ano.

Em 2012, havia 64.981 docentes em creche no Estado de São Paulo. Desses profissionais, 54% trabalhavam exclusivamente em creches públicas, 24% apenas em conveniadas e 22% em privadas sem convênio. Menos de 1% dos docentes trabalhavam em estabelecimentos pertencentes a mais de uma dependência administrativa. Na pré-escola, havia 55.948 docentes, com 69% pertencentes exclusivamente à rede pública e 28% à rede privada sem convênio (Tabela 1).

Nas creches, 86% dos docentes respondiam por apenas uma turma. Nas creches públicas, esse percentual era de 92% contra 93% nas conveniadas e 66% nas privadas não conveniadas. Praticamente a totalidade dos docentes trabalhava em uma única escola. Na pré-escola, 75% dos docentes respondiam por apenas uma turma, sendo que nas escolas públicas esse percentual era de 80% e, nas privadas, 63%. Em 2012, 96% dos docentes trabalhavam em uma única escola (Tabela 2).

Do total de docentes de creche, 72% possuíam ensino superior e 27% ensino médio. Na rede pública, esses percentuais eram, respectivamente, 80% e 20% contra 54% e 45%. Na pré-escola, 84% dos docentes de creche possuíam ensino superior (Tabela 2).

Tanto nas creches quanto nas pré-escolas públicas, aproximadamente 91% dos docentes eram estáveis ou concursados e cerca de 9% tinham vínculo temporário com a escola.

Do total de estabelecimentos com a etapa de ensino creche, 30% ofereciam exclusivamente essa etapa, 42% ofereciam apenas creche e pré-escola e 27% ofereciam

---

<sup>6</sup> Foram consideradas todas as matrículas na pré-escola, independentemente da idade do aluno.

creche e outra etapa de ensino: pré-escola e ensino fundamental e/ou médio. Nas creches públicas, 36% ofereciam exclusivamente essa etapa de ensino e 52% ofereciam creche e pré-escola. Nas creches conveniadas, 76% eram exclusivamente creches e 21% eram creches e pré-escola (Tabela 3).

Na pré-escola, 12% dos estabelecimentos com esse nível de ensino eram exclusivos para esse fim, 43% ofereciam creche e pré-escola e 45% ofereciam pré-escola com outros níveis de ensino. Na rede pública, esses percentuais eram, respectivamente, 22%, 43% e 35%. (Tabela 5 do Anexo 1).

Em 2012, havia, em média, 14 crianças por turma na creche. Nas públicas, esse número era de 16 crianças e, nas conveniadas, de 14. As creches privadas sem convênio apresentavam uma média de 9 crianças por turma. Em média, havia 2 profissionais por turma de creche, sendo que nas públicas esse valor era de 2,5 e, nas conveniadas, de 1,4. Em creche, cada profissional respondia, em média, por 7 crianças, mesmo valor das creches públicas. Já nas conveniadas um profissional responde, em média, por 10 crianças (Tabela 4).

Na pré-escola, o número médio de crianças por turma era de 20 crianças, na rede pública esse número era de 23 e, nas privadas sem convênio, de 12 crianças. O número de profissionais por turma era de 1,8, com 1,7 nas públicas e 2 nas privadas. Cada profissional respondia por 11 crianças, em média. Na rede pública, esse valor era de 14 contra 6 nas privadas (Tabela 4).

Dos estabelecimentos com creche e/ou pré-escola, apenas 48% dispunham de banheiros adequados à educação infantil, 70% dispunham de parque infantil e 41% ofereciam berçário (Tabela 5).

Do total dos estabelecimentos que ofereciam creche e em que havia pelo menos uma criança com até 2 anos, observou-se que apenas 62% possuíam berçário, sendo que nos públicos esse percentual era de 74% contra 67% nas creches conveniadas e 48% nas creches privadas sem convênio (Tabela 6).

**Tabela 1**  
**Docentes de Creches e de Pré-Escola de Ensino Regular segundo Dependência Administrativa do Estabelecimento do Docente**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Etapa de Ensino	Dependência Administrativa do Estabelecimento do Docente						
	Total	Apenas Rede Pública	Rede Pública + Privada Conveniada	Rede Pública + Privada não Conveniada	Apenas Privada Conveniada	Privada Conveniada + não Conveniada	Apenas Privada não Conveniada
<b>Creche</b>							
Número de Docentes	<b>64.981</b>	35.123	53	175	15.633	46	13.951
Distribuição (em %)	<b>100,0</b>	54,1	0,1	0,3	24,1	0,1	21,5
<b>Pré-Escola</b>							
Número de Docentes	<b>55.948</b>	38.402	43	271	1.763	30	15.439
Distribuição (em %)	<b>100,0</b>	68,6	0,1	0,5	3,2	0,1	27,6

**Fonte:** MEC/Inep. Censo Escolar.

**Nota:** Docentes são os indivíduos que estavam em efetiva regência de classe em 25/05/2012. Docentes são contados uma única vez em cada etapa de ensino, porém podem atuar em mais de uma etapa. Pré-Escola: inclui as turmas de Educação Infantil – Unificada.

**Tabela 2**  
**Características dos Docentes de Creches e de Pré-Escola de Ensino Regular segundo**  
**Dependência Administrativa do Estabelecimento do Docente**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Etapa de Ensino	Dependência Administrativa			
	Total	Rede Pública	Conveniada	Privada
<b>Creche</b>				
% de Docentes pertencentes a apenas uma escola	<b>98</b>	98	100	99
% de Docentes com uma turma	<b>86</b>	92	93	66
% de Docentes com ensino superior	<b>72</b>	80	54	70
% de Docentes com ensino médio com Normal/Magistério	<b>23</b>	17	42	19
% de Docentes com ensino médio sem Normal/Magistério	<b>4</b>	3	3	10
<b>Pré-Escola</b>				
% de Docentes pertencentes a apenas uma escola	<b>96</b>	95	100	98
% de Docentes com uma turma	<b>75</b>	80	83	63
% de Docentes com ensino superior	<b>84</b>	88	72	74
% de Docentes com ensino médio com Normal/Magistério	<b>13</b>	11	21	18
% de Docentes com ensino médio sem Normal/Magistério	<b>3</b>	1	7	7

**Fonte:** MEC/Inep. Censo Escolar.

**Nota:** Docentes são os indivíduos que estavam em efetiva regência de classe em 25/05/2012. Docentes são contados uma única vez em cada etapa de ensino, porém podem atuar em mais de uma etapa. Pré-Escola: inclui as turmas de Educação Infantil – Unificada.

**Tabela 3**  
**Número e Distribuição de Escolas de Ensino Regular com creche segundo existência de crianças de até 2 anos de idade por Etapa de Ensino e Dependência Administrativa**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Etapa de Ensino	Escolas segundo Dependência Administrativa por Etapa de Ensino e existência de crianças até 2 anos							
	Número de Escolas				Distribuição Percentual			
	Total	Pública	Privada com Convênio	Privada sem Convênio	Total	Pública	Privada com Convênio	Privada sem Convênio
<b>Escolas com Creche</b>	<b>12.236</b>	<b>5.221</b>	<b>2.227</b>	<b>4.788</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Apenas Creche	3.717	1.874	1.682	161	30,4	35,9	75,5	3,4
Creche + Pré-Escola	5.176	2.726	469	1.981	42,3	52,2	21,1	41,4
Creche + Ensino Fundamental e/ou Médio	21	10	1	10	0,2	0,2	0,0	0,2
Creche + Pré-Escola + Ensino Fundamental e/ou Médio	3.322	611	75	2.636	27,1	11,7	3,4	55,1
<b>Escola com Creche e alguma criança até 2 anos</b>	<b>10.349</b>	<b>3.933</b>	<b>2.142</b>	<b>4.274</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Apenas Creche	3.679	1.855	1.666	158	35,5	47,2	77,8	3,7
Creche + Pré-Escola	4.094	1.779	413	1.902	39,6	45,2	19,3	44,5
Creche + Ensino Fundamental e/ou Médio	18	10	1	7	0,2	0,3	0,0	0,2
Creche + Pré-Escola + Ensino Fundamental e/ou Médio	2.558	289	62	2.207	24,7	7,3	2,9	51,6
<b>Escola com Creche e apenas crianças acima de 2 anos</b>	<b>1.887</b>	<b>1.288</b>	<b>85</b>	<b>514</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Apenas Creche	38	19	16	3	2,0	1,5	18,8	0,6
Creche + Pré-Escola	1.082	947	56	79	57,3	73,5	65,9	15,4
Creche + Ensino Fundamental e/ou Médio	3	0	0	3	0,2	0,0	0,0	0,6
Creche + Pré-Escola + Ensino Fundamental e/ou Médio	764	322	13	429	40,5	25,0	15,3	83,5

Fonte: MEC/Inep. Censo Escolar.

**Tabela 4**  
**Número de Matrículas, de Função Docente e Auxiliar na Educação Infantil e de Turmas**  
**segundo Etapa de Ensino Regular por Dependência Administrativa**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Etapa de Ensino	Dependência Administrativa				
	Total	Pública + Privada com Convênio			Privada sem Convênio
		Total	Pública	Privada com Convênio	
<b>Turma de creche com alguma criança até 2 anos</b>					
<b>Números</b>					
Total de Matrículas	498.553	404.318	258.527	145.791	94.235
Função Docente	50.524	36.866	24.627	12.239	13.658
Função Docente + Auxiliar na Educação Infantil	85.910	64.361	46.652	17.709	21.549
Turmas	41.022	29.765	17.179	12.586	11.257
<b>Indicadores</b>					
Nº de Matrículas / Nº de Funções Docente	9,9	11,0	10,5	11,9	6,9
Nº de Matrículas / (Nº de Funções Docente Auxiliar na Educação Infantil)	5,8	6,3	5,5	8,2	4,4
Nº de Matrículas / Nº de Turmas	12,2	13,6	15,0	11,6	8,4
Nº de Funções Docente / Nº de Turmas	1,2	1,2	1,4	1,0	1,2
(Nº de Funções Docente + Auxiliar na Educação Infantil) / Nº de Turmas	2,1	2,2	2,7	1,4	1,9
<b>Turma de Creche</b>					
<b>Números</b>					
Total de Matrículas	827.155	675.899	439.008	236.891	151.256
Funções Docente	78.998	56.595	39.260	17.335	22.403
Funções Docente + Auxiliar na Educação Infantil	124.494	91.935	67.453	24.482	32.559
Turmas	61.011	44.081	26.760	17.321	16.930
<b>Indicadores</b>					
Nº de Matrículas / Nº de Funções Docente	10,5	11,9	11,2	13,7	6,8
Nº de Matrículas / (Nº de Funções Docente + Auxiliar na Educação Infantil)	6,6	7,4	6,5	9,7	4,6
Nº de Matrículas / Nº de Turmas	13,6	15,3	16,4	13,7	8,9
Nº de Funções Docente / Nº de Turmas	1,3	1,3	1,5	1,0	1,3
(Nº de Funções Docente + Auxiliar na Educação Infantil) / Nº de Turmas	2,0	2,1	2,5	1,4	1,9
<b>Turma de Pré-Escola</b>					
<b>Números</b>					
Total de Matrículas	1.025.107	845.791	813.147	32.644	179.316
Funções Docente	82.952	56.317	53.799	2.518	26.635
Funções Docente + Auxiliar na Educação Infantil	92.863	62.477	59.129	3.348	30.386
Turmas	52.638	37.133	35.411	1.722	15.505

**Tabela 4**  
**Número de Matrículas, de Função Docente e Auxiliar na Educação Infantil e de Turmas**  
**segundo Etapa de Ensino Regular por Dependência Administrativa**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Etapa de Ensino	Dependência Administrativa				
	Total	Pública + Privada com Convênio			Privada sem Convênio
		Total	Pública	Privada com Convênio	
<b>Indicadores</b>					
Nº de Matrículas / Nº de Funções Docente	12,4	15,0	15,1	13,0	6,7
Nº de Matrículas / (Nº de Funções Docente + Auxiliar na Educação Infantil)	11,0	13,5	13,8	9,8	5,9
Nº de Matrículas / Nº de Turmas	19,5	22,8	23,0	19,0	11,6
Nº de Funções Docente / Nº de Turmas	1,6	1,5	1,5	1,5	1,7
(Nº de Funções Docente + Auxiliar na Educação Infantil) / Nº de Turmas	1,8	1,7	1,7	1,9	2,0

**Fonte: MEC/Inep. Censo Escolar.**

**Nota:** 1 – Docentes são os indivíduos que estavam em efetiva regência de classe em 25/05/2012.

2 – Foram consideradas as funções de Docente e Auxiliares na Educação Infantil nas turmas. Dessa forma, um mesmo Docente ou Auxiliar na Educação Infantil foi contado em todas as turmas que ele atende.

3 – Pré-Escola: inclui as turmas de Educação Infantil - Unificada.

Fonte: MEC/Inep. Censo Escolar.

**Tabela 5**  
**Proporção de Escolas de Ensino Regular com Creche e Pré-Escola que têm as estruturas prediais selecionadas segundo Etapa de Ensino e Dependência Administrativa**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Estrutura selecionada	Dependência Administrativa	Etapa de Ensino									Em porcentagem	
		Total com Creche e/ou Pré-Escola	Apenas Educação Infantil			Educação Infantil + Ensino Fundamental e/ou Médio			Total com Creche	Total com Pré-Escola		
			Total	Apenas Creche	Apenas Pré-Escola	Creche + Pré-Escola	Total	Creche + Ensino Fundamental e/ou Médio			Pré-Escola + Ensino Fundamental e/ou Médio	Creche + Pré-Escola + Ensino Fundamental e/ou Médio
<b>Total</b>		<b>91,4</b>	<b>90,7</b>	<b>93,3</b>	<b>80,9</b>	<b>91,6</b>	<b>92,9</b>	<b>95,2</b>	<b>87,8</b>	<b>96,1</b>	<b>93,3</b>	<b>90,9</b>
Sala de diretoria/ Sala de secretaria	Pública	88,1	88,6	92,4	80,4	90,2	86,6	100,0	84,6	91,7	91,2	86,7
	Privada com Convênio	93,5	93,3	94,5	75,0	88,9	98,0	100,0	95,5	98,7	93,5	90,4
	Privada sem Convênio	95,8	93,8	90,1	96,2	94,1	97,2	90,0	98,2	97,0	95,6	96,0
<b>Total</b>		<b>59,5</b>	<b>47,1</b>	<b>33,3</b>	<b>64,5</b>	<b>52,1</b>	<b>83,1</b>	<b>71,4</b>	<b>79,3</b>	<b>85,6</b>	<b>55,5</b>	<b>67,6</b>
Sala de professores	Pública	58,8	52,2	37,2	64,3	56,3	76,3	70,0	75,9	77,7	52,0	65,1
	Privada com Convênio	34,8	32,3	28,4	50,0	46,5	87,8	0,0	77,3	92,0	34,3	53,7
	Privada sem Convênio	71,2	47,7	39,8	71,7	47,7	87,7	80,0	90,5	87,2	69,2	72,2
<b>Total</b>		<b>69,6</b>	<b>76,8</b>	<b>89,6</b>	<b>60,6</b>	<b>72,3</b>	<b>55,9</b>	<b>66,7</b>	<b>52,7</b>	<b>57,9</b>	<b>73,6</b>	<b>63,5</b>
Refeitório	Pública	71,2	75,9	88,4	60,7	75,2	58,6	70,0	54,3	69,7	79,3	66,2
	Privada com Convênio	89,7	90,6	93,3	100,0	81,0	68,4	100,0	81,8	64,0	89,7	78,9
	Privada sem Convênio	58,7	65,8	64,6	56,6	66,2	53,6	60,0	46,2	55,0	60,0	58,5
<b>Total</b>		<b>93,4</b>	<b>96,3</b>	<b>97,8</b>	<b>96,4</b>	<b>95,1</b>	<b>88,1</b>	<b>95,2</b>	<b>92,2</b>	<b>85,4</b>	<b>93,3</b>	<b>92,1</b>
Cozinha	Pública	98,1	97,8	98,4	96,8	98,0	98,7	100,0	98,2	99,8	98,4	98,0
	Privada com Convênio	97,1	97,6	98,1	100,0	95,7	86,7	100,0	86,4	86,7	97,2	94,2
	Privada sem Convênio	84,7	90,7	87,6	84,9	91,1	80,6	90,0	72,8	82,0	85,9	84,6

**Tabela 5**  
**Proporção de Escolas de Ensino Regular com Creche e Pré-Escola que têm as estruturas prediais selecionadas segundo Etapa de Ensino e Dependência Administrativa**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Estrutura selecionada	Dependência Administrativa	Etapa de Ensino									Em porcentagem	
		Total com Creche e/ou Pré-Escola	Apenas Educação Infantil			Educação Infantil + Ensino Fundamental e/ou Médio			Total com Creche	Total com Pré-Escola		
			Total	Apenas Creche	Apenas Pré-Escola	Creche + Pré-Escola	Total	Creche + Ensino Fundamental e/ou Médio			Pré-Escola + Ensino Fundamental e/ou Médio	Creche + Pré-Escola + Ensino Fundamental e/ou Médio
<b>Total</b>		<b>70,4</b>	<b>73,2</b>	<b>68,7</b>	<b>66,7</b>	<b>78,4</b>	<b>65,1</b>	<b>76,2</b>	<b>50,0</b>	<b>74,7</b>	<b>74,4</b>	<b>71,0</b>
Parque infantil	Pública	64,0	69,5	67,7	65,7	72,7	49,0	60,0	44,1	61,9	69,6	62,9
	Privada com Convênio	70,4	69,7	68,7	75,0	73,1	84,7	100,0	77,3	86,7	70,3	75,1
	Privada sem Convênio	80,5	86,9	78,9	90,6	87,5	76,0	90,0	68,2	77,4	81,6	80,5
<b>Total</b>		<b>77,0</b>	<b>77,9</b>	<b>87,9</b>	<b>78,6</b>	<b>70,6</b>	<b>75,2</b>	<b>76,2</b>	<b>77,0</b>	<b>73,9</b>	<b>76,7</b>	<b>73,6</b>
Depósito (Despensa/Almoxarifado)	Pública	86,2	87,3	90,4	80,4	88,7	83,3	100,0	80,3	91,0	89,6	84,9
	Privada com Convênio	87,4	87,7	89,4	50,0	82,3	78,6	100,0	77,3	78,7	87,5	81,4
	Privada sem Convênio	58,3	42,6	43,5	34,0	42,8	69,3	50,0	66,5	69,8	57,7	58,8
<b>Total</b>		<b>91,1</b>	<b>87,8</b>	<b>88,9</b>	<b>92,3</b>	<b>85,7</b>	<b>97,4</b>	<b>90,5</b>	<b>98,0</b>	<b>97,1</b>	<b>89,8</b>	<b>91,8</b>
Banheiro (dentro ou fora do prédio)	Pública	91,1	88,9	88,7	92,2	87,4	97,1	90,0	97,7	95,6	88,8	91,9
	Privada com Convênio	88,2	87,7	88,8	100,0	83,8	99,0	100,0	95,5	100,0	88,1	86,5
	Privada sem Convênio	92,3	84,6	91,9	94,3	83,8	97,6	90,0	99,0	97,3	91,5	92,3
<b>Total</b>		<b>47,6</b>	<b>51,3</b>	<b>53,4</b>	<b>38,7</b>	<b>53,3</b>	<b>40,5</b>	<b>42,9</b>	<b>24,6</b>	<b>50,5</b>	<b>52,6</b>	<b>45,8</b>
Banheiro adequado à educação infantil	Pública	39,2	44,8	48,8	37,2	46,0	24,2	40,0	18,0	40,3	46,3	36,4
	Privada com Convênio	57,1	56,4	57,7	100,0	51,6	72,4	0,0	50,0	80,0	57,1	55,6
	Privada sem Convênio	56,3	64,0	62,7	73,6	63,8	51,0	50,0	45,2	52,1	57,3	56,1

**Tabela 5**  
**Proporção de Escolas de Ensino Regular com Creche e Pré-Escola que têm as estruturas prediais selecionadas segundo Etapa de Ensino e Dependência Administrativa**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Estrutura selecionada	Dependência Administrativa	Etapa de Ensino									Em porcentagem	
		Total com Creche e/ou Pré-Escola	Apenas Educação Infantil			Educação Infantil + Ensino Fundamental e/ou Médio			Total com Creche	Total com Pré-Escola		
			Total	Apenas Creche	Apenas Pré-Escola	Creche + Pré-Escola	Total	Creche + Ensino Fundamental e/ou Médio			Pré-Escola + Ensino Fundamental e/ou Médio	Creche + Pré-Escola + Ensino Fundamental e/ou Médio
<b>Total</b>		<b>36,9</b>	<b>23,0</b>	<b>15,1</b>	<b>20,2</b>	<b>29,5</b>	<b>63,1</b>	<b>52,4</b>	<b>52,8</b>	<b>69,7</b>	<b>36,1</b>	<b>43,5</b>
Ala de leitura/ Biblioteca	Pública	25,6	18,2	12,3	18,8	21,9	45,6	40,0	44,6	48,3	21,6	29,5
	Privada com Convênio	22,5	19,7	16,6	75,0	30,3	83,7	100,0	81,8	84,0	21,8	39,6
	Privada sem Convênio	60,3	39,6	31,1	54,7	39,9	74,8	60,0	78,3	74,2	58,5	61,2
<b>Total</b>		<b>41,1</b>	<b>53,7</b>	<b>75,5</b>	<b>2,0</b>	<b>52,5</b>	<b>17,3</b>	<b>52,4</b>	<b>1,1</b>	<b>27,5</b>	<b>52,7</b>	<b>30,5</b>
Berçário	Pública	36,1	45,9	80,9	1,4	44,6	9,7	70,0	0,7	32,4	56,3	22,8
	Privada com Convênio	64,0	66,1	68,8	50,0	56,5	18,4	100,0	4,5	21,3	64,6	49,8
	Privada sem Convênio	39,2	62,8	83,2	15,1	62,4	22,7	30,0	2,2	26,5	43,3	37,8
<b>Total</b>		<b>61,7</b>	<b>54,4</b>	<b>44,4</b>	<b>61,3</b>	<b>59,7</b>	<b>75,4</b>	<b>76,2</b>	<b>75,1</b>	<b>75,6</b>	<b>59,4</b>	<b>67,0</b>
Pátio coberto	Pública	63,5	59,6	48,9	62,2	65,6	74,2	80,0	74,7	72,8	60,4	67,8
	Privada com Convênio	44,6	43,3	39,3	50,0	57,6	72,4	100,0	81,8	69,3	44,2	60,0
	Privada sem Convênio	66,0	51,3	46,0	37,7	52,0	76,4	70,0	76,3	76,4	65,3	66,6
<b>Total</b>		<b>33,2</b>	<b>14,2</b>	<b>4,6</b>	<b>27,2</b>	<b>17,4</b>	<b>69,1</b>	<b>71,4</b>	<b>63,7</b>	<b>72,5</b>	<b>28,6</b>	<b>41,9</b>
Sala de Informática	Pública	26,5	14,0	3,7	27,1	14,3	60,1	80,0	59,4	61,5	16,2	33,1
	Privada com Convênio	10,9	7,7	4,9	50,0	17,3	82,7	0,0	81,8	84,0	10,1	28,8
	Privada sem Convênio	52,9	21,2	12,4	28,3	21,8	75,1	70,0	76,9	74,7	50,7	54,1

**Tabela 5**  
**Proporção de Escolas de Ensino Regular com Creche e Pré-Escola que têm as estruturas prediais selecionadas segundo Etapa de Ensino e Dependência Administrativa**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Em porcentagem

Estrutura selecionada	Dependência Administrativa	Total com Creche e/ou Pré-Escola	Etapa de Ensino									Total com Creche	Total com Pré-Escola
			Apenas Educação Infantil				Educação Infantil + Ensino Fundamental e/ou Médio						
			Total	Apenas Creche	Apenas Pré-Escola	Creche + Pré-Escola	Total	Creche + Ensino Fundamental e/ou Médio	Pré-Escola + Ensino Fundamental e/ou Médio	Creche + Pré-Escola + Ensino Fundamental e/ou Médio			
<b>Total</b>		<b>16,3</b>	<b>3,9</b>	<b>1,9</b>	<b>6,1</b>	<b>4,8</b>	<b>39,8</b>	<b>33,3</b>	<b>34,9</b>	<b>43,0</b>	<b>14,3</b>	<b>20,7</b>	
Quadra de esportes coberta	Pública	10,7	3,4	1,1	6,0	3,7	30,2	40,0	31,1	27,5	5,7	13,5	
	Privada com Convênio	6,0	3,2	2,7	0,0	5,1	67,3	0,0	59,1	70,7	5,5	15,8	
	Privada sem Convênio	29,4	5,9	2,5	9,4	6,1	45,8	30,0	46,2	45,8	27,9	30,2	

Fonte: MEC/Inep. Censo Escolar.

**Tabela 6**  
**Proporção de Escolas de Ensino Regular com Creche e com alguma Criança de até 2 anos de idade que têm as estruturas prediais selecionadas segundo Etapa de Ensino e Dependência Administrativa**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Estrutura selecionada	Dependência Administrativa	Total com Creche e com alguma criança até 2 anos	Etapa de Ensino			
			Apenas Creche	Creche + Pré-Escola	Creche + Ensino Fundamental e/ou Médio	Creche + Pré-Escola + Ensino Fundamental e/ou Médio
	Total	76,4	89,8	75,0	66,7	59,6
Refeitório	Pública	85,3	88,7	83,0	70,0	77,9
	Privada com Convênio	90,2	93,3	81,4	100,0	67,7
	Privada sem Convênio	61,4	65,2	66,2	57,1	57,0
	Total	93,6	97,8	95,0	100,0	85,4
Cozinha	Pública	98,6	98,4	98,6	100,0	100,0
	Privada com Convênio	97,4	98,1	95,9	100,0	90,3
	Privada sem Convênio	87,1	87,3	91,5	100,0	83,3
	Total	74,5	68,9	78,6	72,2	76,2
Parque infantil	Pública	68,5	68,0	70,2	60,0	61,6
	Privada com Convênio	70,5	69,0	74,1	100,0	88,7
	Privada sem Convênio	82,1	78,5	87,5	85,7	77,8
	Total	54,8	53,5	56,8	44,4	53,6
Banheiro adequado à educação infantil	Pública	49,4	48,8	49,8	40,0	51,2
	Privada com Convênio	57,7	57,9	53,0	0,0	83,9
	Privada sem Convênio	58,4	62,7	64,1	57,1	53,1
	Total					

**Tabela 6**  
**Proporção de Escolas de Ensino Regular com Creche e com alguma Criança de até 2 anos de idade que têm as estruturas prediais selecionadas segundo Etapa de Ensino e Dependência Administrativa**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Em porcentagem

Estrutura selecionada	Dependência Administrativa	Total com Creche e com alguma criança até 2 anos	Etapa de Ensino			
			Apenas Creche	Creche + Pré-Escola	Creche + Ensino Fundamental e/ou Médio	Creche + Pré-Escola + Ensino Fundamental e/ou Médio
	Total	61,6	76,1	65,4	55,6	34,8
Berçário	Pública	73,8	81,6	66,8	70,0	67,5
	Privada com Convênio	66,9	69,4	63,2	100,0	24,2
	Privada sem Convênio	47,8	83,5	64,6	28,6	30,8

**Fonte:** MEC/Inep. Censo Escolar.

## CENÁRIOS SOBRE OFERTA E DEMANDA POR EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ATENDIMENTO DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PNE 2011-2020

Para avaliar se os municípios do Estado de São Paulo alcançarão as metas de cobertura de creche e pré-escola preconizadas no Plano Nacional de Educação 2011 a 2020, foram construídos cenários para projeção de matrículas nesses dois segmentos, a partir de um indicador de atendimento. O período considerado no estudo foi 2013 a 2020 para creche e 2013 a 2016 para pré-escola.

O indicador de cobertura/atendimento utilizado para a projeção foi a taxa de atendimento por nível de ensino:

- **creche** – número de matrículas em creche dividido pela projeção da população de 0 a 3 anos;
- **pré-escola** – número de matrículas na pré-escola dividido pela projeção da população de 4 e 5 anos.

Esse indicador foi definido a partir de sua aderência ao estabelecido na meta referente à cobertura da educação infantil do PNE – “Meta 1: universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos”. Os três tipos de indicadores de cobertura possíveis de serem calculados estão apresentados na Tabela 7.

**Tabela 7**  
**Taxas de atendimento**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Taxas de atendimento	Taxas
<b>Crianças de 0 a 3 anos</b>	
Taxa de atendimento de 0 a 3 anos	33,4
Taxa de atendimento na creche	37,4
Taxa de atendimento de 0 a 3 anos na creche	33,3
<b>Crianças de 4 e 5 anos</b>	
Taxa de atendimento de 4 e 5 anos	95,5
Taxa de atendimento na pré-escola	94,6
Taxa de atendimento de 4 e 5 anos na pré-escola	86,8

Fonte: Inep. Censo Escolar 2012; Fundação Seade. Sistema de Projeções Populacionais.

Para o atendimento à creche foram calculados, para cada município, dois indicadores: taxa de atendimento na creche e taxa de atendimento na creche nas redes pública e privada com convênio. Já para a pré-escola, foram calculados dois indicadores: taxa de atendimento na pré-escola e taxa de atendimento na pré-escola na rede pública.

As fontes de dados utilizadas foram as bases de dados do Censo Escolar de 2009 a 2012 e as projeções populacionais municipais elaboradas para as faixas etárias de 0 a 3 anos e 4 e 5 pela Fundação Seade.

Para cada etapa de ensino – creche e pré-escola – foram construídos dois tipos de cenários: um otimista e outro conservador. O cenário otimista considera que o crescimento da taxa de atendimento é constante ao longo do tempo, ou seja, apresenta um crescimento linear. Já o cenário conservador considera um rápido crescimento no início do período de estudo e um crescimento mais lento ao final. Para esse caso, utilizou-se crescimento logarítmico (Quadro 1).

**Quadro 1**  
**Cenários de evolução das matrículas**

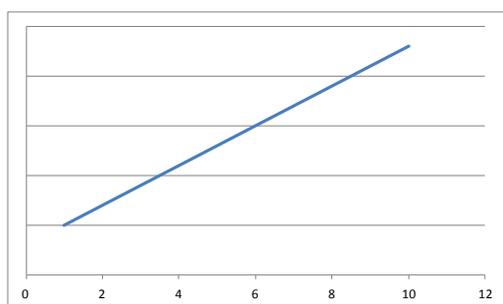
Etapa de Ensino	Cenário	Indicador de Cobertura
Creche	Otimista (crescimento linear da cobertura)	Taxa de atendimento à creche (total das redes)
		Taxa de atendimento à creche na rede pública e conveniada
	Conservador (crescimento logarítmico da cobertura)	Taxa de atendimento à creche (total das redes)
		Taxa de atendimento à creche na rede pública e conveniada
Pré-escola	Otimista (crescimento linear da cobertura)	Taxa de atendimento à pré-escola (total das redes)
		Taxa de atendimento à pré-escola na rede pública
	Conservador (crescimento logarítmico da cobertura)	Taxa de atendimento à pré-escola (total das redes)
		Taxa de atendimento à pré-escola na rede pública

O crescimento linear considera que, a partir de dados da evolução das matrículas entre 2009 e 2012 e de dados do censo escolar do INEP, a evolução acontecerá segundo uma reta,

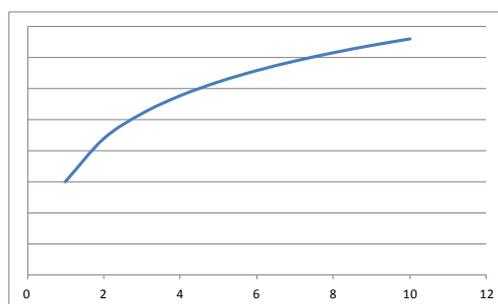
com incrementos de matrículas constantes no período em que deve atingir a meta pré-estabelecida. O crescimento logarítmico, por sua vez, considera que a evolução das matrículas no mesmo período acontecerá com incrementos maiores no início e decrescentes até o ano em que a meta pré-estabelecida deve ser atingida. O Gráfico 2 apresenta as duas formas de evolução. A função de crescimento linear é dada pela equação:  $y = ax + b$  e a função de crescimento logarítmico é dada pela equação:  $y = a \ln(x) + b$ .

**Gráfico 2**  
**Curvas de evolução das matrículas**

**Linear**



**Logarítmica**



A partir dessas hipóteses de evolução, existem duas possibilidades para cada município:

- atinge-se a meta de atendimento estabelecida no período previsto (2020 para creche e 2016 para pré-escola);
- não é atingida a meta estabelecida no período previsto (2020 para creche e 2016 para pré-escola).

Quando o município não atinge a meta pré-estabelecida, utilizam-se as mesmas funções para determinar o número de matrículas anuais necessárias para que a meta seja alcançada dentro do período determinado.

Descrevem-se, a seguir, os modelos matemáticos utilizados.

### **Função de crescimento linear – cenário otimista**

A partir dos dados de matrículas de 2009 e 2012 foi feita a projeção de matrículas para creche e pré-escola, segundo os indicadores e cenários descritos no Quadro 1.

Para o modelo de projeção com função de crescimento linear ( $y = ax + b$ ), resolva-se o sistema de equações:  $\begin{cases} y_1 = ax_1 + b \\ y_2 = ax_2 + b \end{cases}$  em que  $y_1$  e  $y_2$  representam as matrículas em 2009 e 2012 e  $x_1$  e  $x_2$  indicam os dois instantes no tempo: 2009 e 2012. Resolvendo o sistema de equações tem-se:  $a = \frac{(y_2 - y_1)}{(x_2 - x_1)}$  e  $b = \left[ y_1 - x_1 \left( \frac{y_2 - y_1}{x_2 - x_1} \right) \right]$ .

### Função de crescimento logarítmico – cenário conservador

A função de crescimento logarítmico é dada pela equação:  $y = a \ln(x) + b$ , em que  $y_1$  e  $y_2$  representam as matrículas em 2009 e 2012 e  $x_1$  e  $x_2$  indicam os dois instantes no tempo: 2009 e 2012. Nesse caso, o sistema de equações é igual a  $\begin{cases} y_1 = a \ln(x_1) + b \\ y_2 = a \ln(x_2) + b \end{cases}$  e sua solução é  $a = \frac{(y_2 - y_1)}{\ln(x_2) - \ln(x_1)}$  e  $b = \left\{ y_1 - \ln(x_1) \left[ \frac{y_2 - y_1}{\ln(x_2) - \ln(x_1)} \right] \right\}$ .

Para 2013 a 2020 (ou 2016 no caso da pré-escola), a matrícula anual é estimada segundo a função de crescimento: linear ou logarítmico.

Como resultados desses modelos foram gerados quatro cenários distintos para cada um dos 645 municípios e etapa de ensino – creche ou pré-escola. Para cada etapa de ensino, foram calculadas as projeções de vagas para o total das redes de ensino no município e para o total da participação pública – rede pública e conveniada –, segundo o cenário otimista ou conservador. O Anexo 3 apresenta os resultados obtidos para cada município.

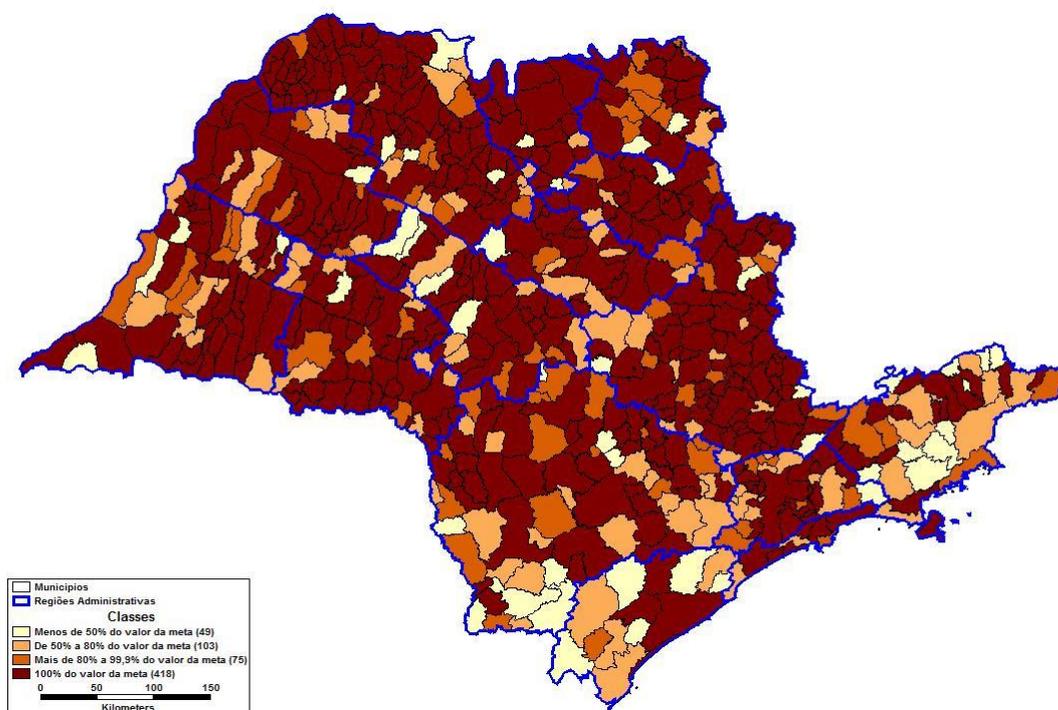
### Resultados

Para que se atinja a meta, definida pelo Plano Nacional de Educação – PNE 2011-2020, de pelo menos 50% de atendimento na creche em 2020 e universalização do atendimento na pré-escola em 2016, foi realizada a projeção das vagas necessárias para cada um dos 645 municípios do Estado de São Paulo com base nas projeções populacionais calculadas pela Fundação Seade e nos dados do Censo Escolar. Como resultado, devem ser geradas 284.844 novas vagas em creches no período 2013 a 2020, totalizando 1.122.297 matrículas em 2020. Para a pré-escola, o número de novas vagas corresponde a 92.833, totalizando 100% de atendimento (ou 1.106.922 matrículas) em 2016.

Projetando-se o crescimento de todas as redes de ensino, obteve-se uma taxa de atendimento na creche para o total do Estado de 71,2% em 2020, com um total de vagas ofertadas no Estado da ordem de 1.598.344. Porém, quando se considera a distribuição da oferta nos 645 municípios do Estado, observa-se que 418 municípios apresentarão cobertura de pelo menos 50% nesse ano. Para os 227 municípios que não alcançarão a meta, projeta-se uma oferta total de 171.604 vagas em 2020, para uma demanda de 233.828, ou seja, 62.224 vagas a menos do que o necessário.

A distribuição espacial dos municípios segundo a condição de atendimento da meta mostra que nas regiões administrativas de Araçatuba, Barretos, Marília, São José do Rio Preto, Campinas e Ribeirão Preto mais de 70% dos municípios ali localizados atenderiam a meta se o ritmo de crescimento da rede pública e conveniada se mantivesse análogo ao observado no período 2009 a 2012. São José dos Campos e Registro são as regiões com menores percentuais de cumprimento da meta por meio da participação pública. Mesmo quando se consideram todas as redes, essas regiões apresentam os menores percentuais de atendimento da meta, entre seus municípios (Mapa 1).

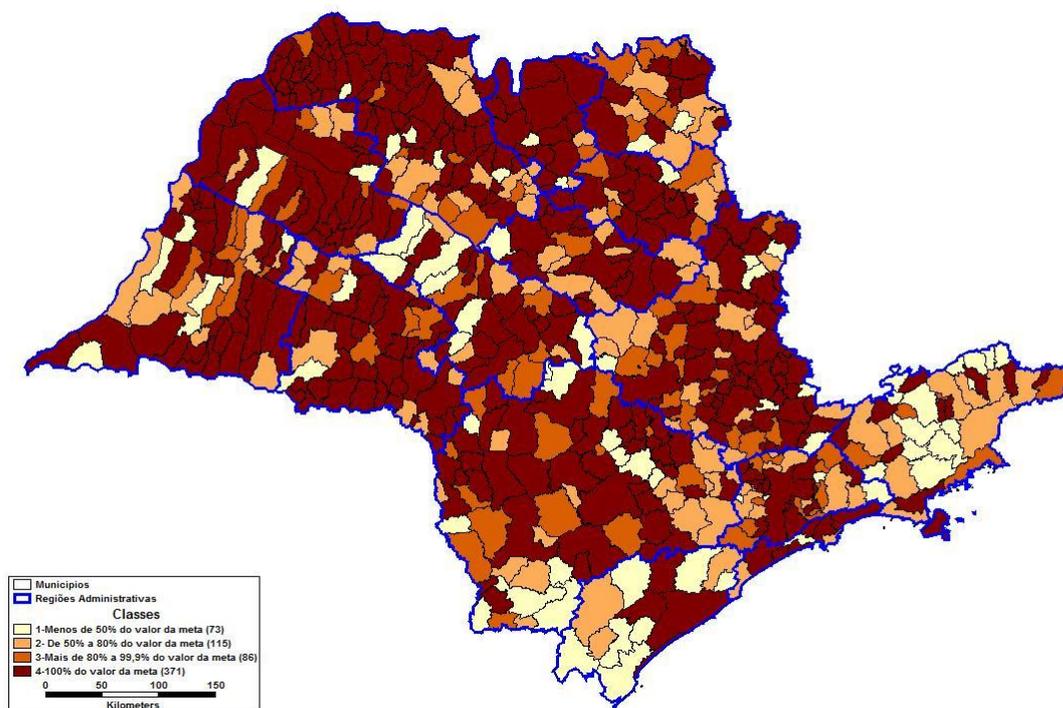
**Mapa 1**  
**Distribuição dos municípios segundo percentual de atendimento da meta de creche**  
**(50% de atendimento em 2020)**  
**Estado de São Paulo – 2020**



Fonte: Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

Quando se consideram as redes públicas e conveniadas como responsáveis pelo atendimento das metas, observa-se que 371 municípios atenderiam a meta da creche. Já a distribuição espacial dos municípios, segundo a condição de atendimento da meta exclusivamente por meio da participação pública, mostra que nas regiões administrativas de Araçatuba, Barretos, Marília e São José do Rio Preto mais de 70% dos municípios ali localizados atenderiam a meta se o ritmo de crescimento da rede pública e conveniada se mantivesse análogo ao observado no período 2009 a 2012. São José dos Campos e Registro, com apenas 28% dos seus municípios atingindo a meta de 50% em 2020, são as regiões com menores percentuais de cumprimento da meta por meio da participação pública. Mesmo quando se consideram todas as redes, essas regiões apresentam os menores percentuais de atendimento da meta, entre seus municípios (Mapa 2).

**Mapa 2**  
**Distribuição dos municípios segundo percentual de atendimento da meta de creche nas redes públicas e conveniadas**  
**Estado de São Paulo – 2020**



**Fonte:** Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

A Tabela 8 apresenta, para os 274 municípios que não atenderão a meta por meio da participação pública, o número de vagas projetadas e o número necessário para o atendimento da meta.

**Tabela 8**  
**Distribuição dos municípios segundo percentual de atendimento da meta de creche nas redes públicas e conveniadas**  
**Estado de São Paulo**

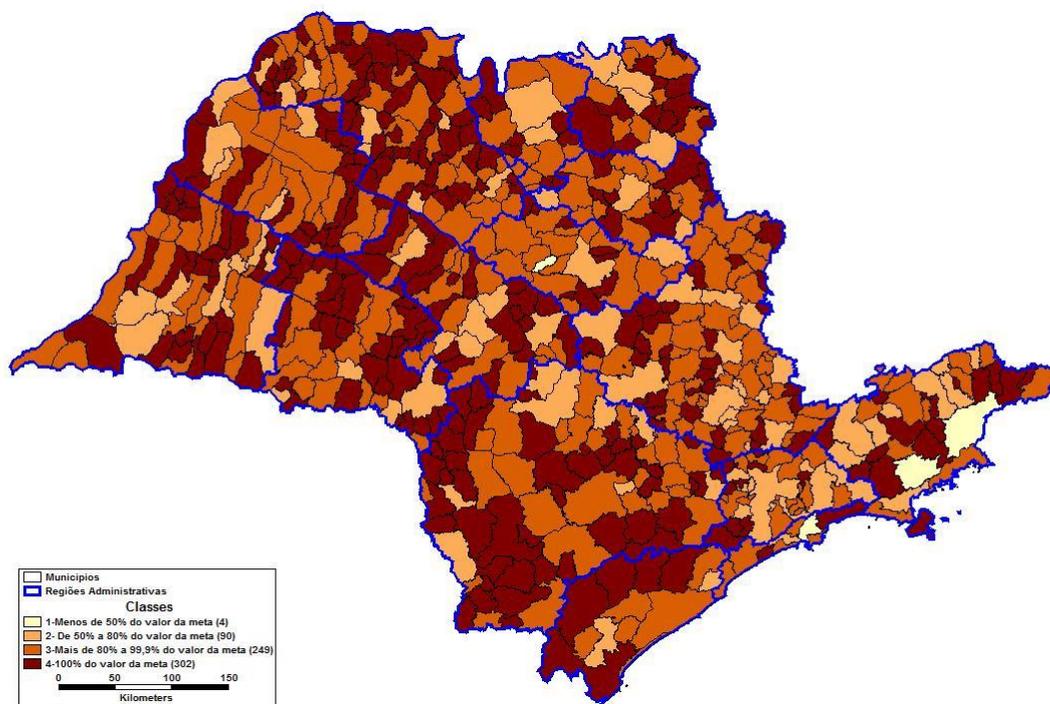
Porte populacional	Número de municípios (A)	Total da demanda em 2020 (B)	Meta para 2020 (C)	Total de vagas projetadas pelo Cenário (D)	Total de vagas complementares (C-D)	Meta para 2020	
						Média de Vagas por município (C/A)	Total de Turmas necessárias
Até 2.500 habitantes	5	480	240	202	38	48	16
De 2.501 a 5.000 habitantes	36	6.942	3.471	2.023	1.448	96	227
De 5.001 a 10.000 habitantes	55	19.616	9.808	5.285	4.523	178	641
De 10.001 a 20.000 habitantes	71	53.521	26.761	15.710	11.050	377	1.749
De 20.001 a 40.000 habitantes	38	57.174	28.587	19.678	8.909	752	1.868
De 40.001 a 80.000 habitantes	30	92.165	46.083	35.064	11.018	1.536	3.012
De 80.001 a 160.000 habitantes	19	125.152	62.576	40.756	21.820	3.293	4.090
De 160.001 a 320.000 habitantes	11	151.881	75.941	55.484	20.457	6.904	4.963
De 320.001 a 640.000 habitantes	7	156.099	78.050	53.436	24.614	11.150	5.101
Mais de 640.000 habitantes	2	68.408	34.204	25.341	8.863	17.102	2.236
Total	274	731.438	365.719	252.979	112.740	1.335	23.903

**Fonte:** Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

Para a pré-escola, considerando-se todas as redes em 2016, dos 645 municípios, 407 apresentariam taxa de atendimento igual a 100%, para 148 a taxa estará entre 90% e 100% e apenas 90 municípios registrariam valores abaixo de 90%.

Quando se consideram as redes públicas e conveniadas como responsáveis pelo atendimento da meta de universalização em 2016, observa-se que 302 municípios atingiriam essa meta. A distribuição espacial dos municípios segundo o atendimento da meta mostra que a região de São José do Rio Preto apresenta a maior proporção de municípios que atingiriam a meta (Mapa 3).

**Mapa 3**  
**Distribuição dos municípios segundo percentual de atendimento da meta de creche nas redes públicas e conveniadas**  
**Estado de São Paulo – 2020**



**Fonte:** Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

A Tabela 9 apresenta, para os 343 municípios que não atenderão a meta por meio da participação pública, o número de vagas projetadas e o número necessário para o atendimento da meta.

**Tabela 9**  
**Distribuição dos municípios segundo percentual de atendimento da meta de pré-escola nas redes públicas e conveniadas.**  
**Estado de São Paulo**

Porte populacional	Número de municípios (A)	Total da demanda em 2016 (B)	Meta para 2016 (C)	Total de vagas projetadas pelo Cenário (D)	Total de vagas complementares (C-D)	Meta para 2016	
						Média de Vagas por município (C/A)	Total de Turmas necessárias
Até 2.500 habitantes	7	308	308	272	36	44	13
De 2.501 a 5.000 habitantes	39	3.529	3.529	3.089	440	90	153
De 5.001 a 10.000 habitantes	49	8.822	8.822	7.609	1.213	180	384
De 10.001 a 20.000 habitantes	60	21.870	21.870	18.883	2.987	365	951
De 20.001 a 40.000 habitantes	61	44.297	44.297	37.497	6.800	726	1.926
De 40.001 a 80.000 habitantes	50	70.723	70.723	59.874	10.849	1.414	3.075
De 80.001 a 160.000 habitantes	39	115.539	115.539	93.131	22.408	2.963	5.023
De 160.001 a 320.000 habitantes	20	122.363	122.363	105.982	16.381	6.118	5.320
De 320.001 a 640.000 habitantes	11	121.705	121.705	82.478	39.227	11.064	5.292
Mais de 640.000 habitantes	7	433.937	433.937	286.973	146.964	61.991	18.867
<b>Total</b>	<b>343</b>	<b>943.093</b>	<b>943.093</b>	<b>695.787</b>	<b>247.306</b>	<b>2.750</b>	<b>41.004</b>

**Fonte:** Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

## CAPACIDADE FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS NO ATENDIMENTO DAS METAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PREVISTAS NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE 2011-2020

Esta etapa do trabalho tem como objetivo dimensionar a capacidade financeira dos municípios para atender às metas propostas pelo PNE para a educação infantil. O plano propõe o atendimento, até 2020, a 50% das crianças com idades até 3 anos (creche) e, até 2016, a 100% das crianças de 4 a 5 anos (pré-escola). Hoje, os municípios atendem, na faixa etária correspondente, 33% de crianças, na creche, e 87% na pré-escola.

Sendo a educação infantil competência exclusiva dos municípios, é certo que o atendimento a novas vagas representará gastos adicionais com a educação e trará impacto nas finanças municipais. Por força da lei, os municípios já gastam, no mínimo, 25% das receitas próprias com a educação<sup>7</sup>.

Em 2012, apenas 106 municípios (16%) atendiam a meta de creches do PNE, dos quais oito com mais de 100 mil habitantes. Na pré-escola, 226 municípios (35%) atendiam à meta, e apenas 2 com mais de 500 mil habitantes.

Na educação infantil, analisadas conjuntamente creche e pré-escola, apenas 48 municípios atendiam às duas metas, e todos possuíam menos de 100 mil habitantes. A maioria dos que cumprem as metas tem capacidade de arrecadação limitada, com exceção de Paulínia, cuja arrecadação tributária é privilegiada, por possuir economia com atividades vinculadas ao petróleo.

Considerando o intervalo de tempo estabelecido pelo PNE para que os municípios cumpram as metas (2012 a 2016 e 2020), este estudo busca distribuir o esforço financeiro ano a ano, por meio da distribuição de vagas no intervalo de tempo, até o cumprimento total da meta.

A falta de informações agregadas, ou de indicadores<sup>8</sup> que traduzam a situação financeira atual da educação e educação infantil, no conjunto dos municípios paulistas, determina que este estudo responda às seguintes questões:

- Qual é o gasto atual dos municípios com a educação infantil (creche, pré-escola e total)?
- Qual é o gasto *per capita* do aluno na educação infantil (creche, pré-escola e total)?
- Qual é a receita dos municípios para custeio da educação e da educação infantil?

<sup>7</sup> No Anexo 5 está compilada a legislação federal e estadual que trata de Educação Infantil.

<sup>8</sup> O Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope) possui indicadores, mas não agregados conforme a necessidade da análise proposta.

- Quanto os municípios recebem de transferências para a educação e educação infantil (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb e outras fontes)?
- Quanto os municípios gastam de recursos próprios com a educação e com a educação infantil?
- Quanto os municípios gastarão, de 2013 a 2020, com a educação infantil (creche, pré-escola e total)?
- Quais serão as receitas dos municípios, considerando as novas vagas, para custeio da educação e educação infantil (2013 a 2020)?
- Quanto os municípios receberão de transferências para a educação e educação infantil (2013 a 2020)?
- Quanto das receitas correntes e das receitas para a educação será gasto com a educação infantil (2013 a 2020)?

## **Organização da Educação no Brasil**

A Organização da Educação Nacional é estabelecida pela Constituição Federal (CF) de 1988; pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/199; pelo Plano Nacional de Educação (PNE), entre outras regulamentações (Quadro 2).

A CF preconiza, em seu art. 211, que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino. Define, ainda, no art. 30, inciso VI, que compete aos municípios manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental.

O PNE tem como objetivo articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação, para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.

**Quadro 2**  
**Competências nas etapas de ensino**

<b>Política de Educação</b>	<b>CF, LDB e PNE</b>
<b>Ente</b>	<b>Competências</b>
<b>União</b>	<p>Ensino Superior</p> <p>Ensino Médio</p> <p>Assistência técnica e financeira aos demais entes</p> <p>Estabelecer competências e diretrizes para todos os níveis de ensino</p>
<b>Estados</b>	<p>Ensino Fundamental</p> <p>Ensino Médio</p> <p>Ensino Superior</p> <p>Apoio aos educandos da sua rede</p> <p>Definir, com os municípios, formas de colaborar na oferta e assegurar o Ensino Fundamental</p> <p>Elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e os PNEs, integrando e coordenando suas ações e de seus municípios</p>
<b>Municípios</b>	<p>Educação Infantil (até 5 anos – creche e pré-escola)</p> <p>Ensino Fundamental</p> <p>Atuação em outros níveis de ensino após o atendimento pleno das necessidades de sua área de competência</p>

**Fonte:** Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

### **Financiamento da educação**

Para o financiamento da educação, a CF determina, no art. 212, que a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os estados, o Distrito Federal e os municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Conforme estabelecido na LDB, são recursos públicos destinados à educação os originários de:

- receita de impostos próprios da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- receita de transferências constitucionais e outras transferências;

- receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
- receita de incentivos fiscais;
- outros recursos previstos em lei.

A educação básica pública tem como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

### **Distribuição dos Recursos**

A distribuição dos recursos entre o Distrito Federal, os estados e seus municípios é assegurada mediante a criação, no âmbito de cada estado e do Distrito Federal, do Fundeb, com natureza contábil.

Os fundos são constituídos por 20% dos recursos provenientes das receitas de impostos próprios e das receitas de transferências constitucionais, e distribuídos entre cada estado e seus municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária (CF, art. 60, II da ADCT).

A União complementa os recursos dos fundos sempre que, no Distrito Federal e em cada estado, o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

A União dispõe, ainda, de até 10% da complementação do fundo para programas direcionados à melhoria da qualidade da educação.

As cotas estaduais e municipais de arrecadação da contribuição social do salário-educação são distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.

A educação oferece também atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

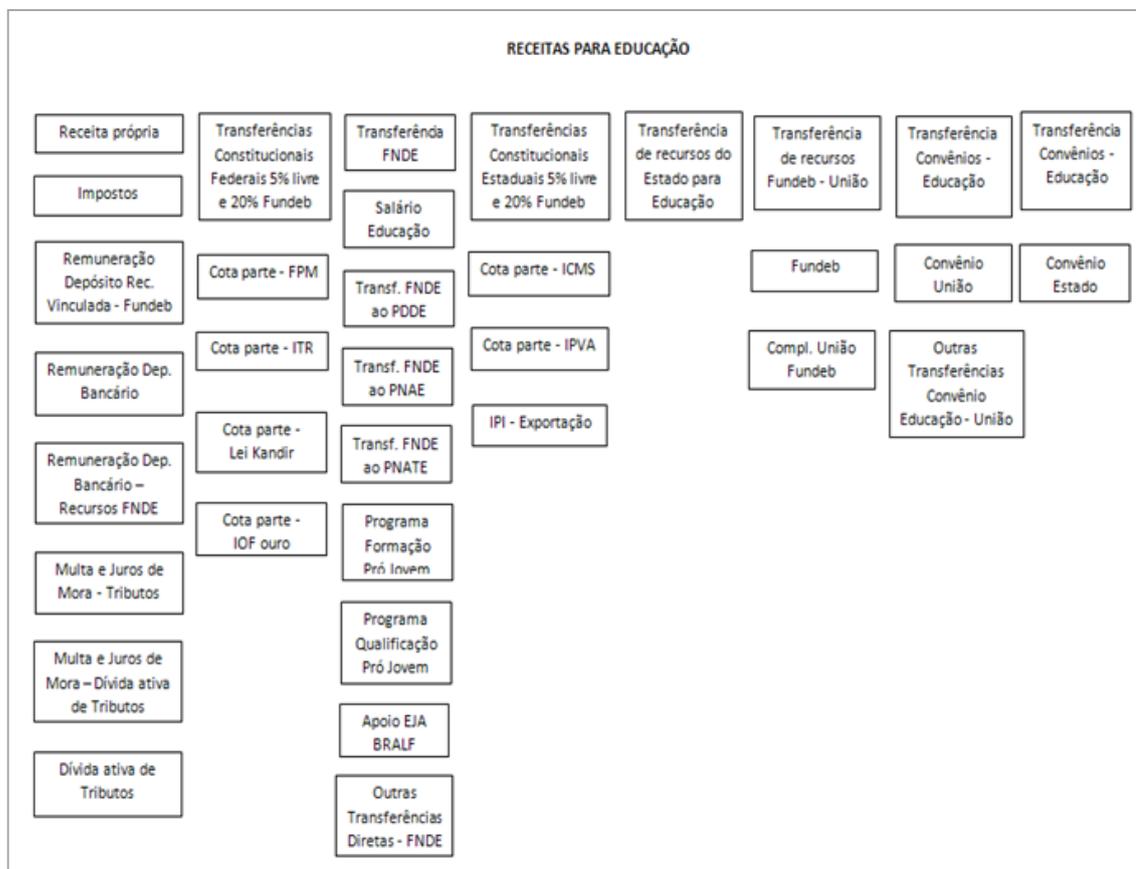
Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde são financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

A lei determina, ainda, que os recursos recebidos dos Fundos devem ser aplicados pelos estados e municípios exclusivamente nos respectivos âmbitos de atuação prioritária.

### **Receitas Municipais para a Educação**

As receitas municipais para a educação estão definidas, para fins deste estudo e em consonância com os preceitos legais percorridos anteriormente, pela composição dos elementos apresentados na Figura 1.

**Figura 1**  
**Receitas para a Educação**



Fonte: Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

### Programas de Apoio ao Educando

Atendendo aos dispositivos legais, os governos federal, estaduais e municipais organizam programas de apoio ao educando para o desenvolvimento da educação. Os programas considerados neste estudo focalizam apenas os programas federais e estaduais de apoio à educação infantil, objeto deste estudo. Os recursos provenientes desses programas estão incluídos nas receitas de repasse do FNDE e de convênios (federal e estadual).

**Quadro 3**  
**Relação dos programas federais e seus objetivos, público,**  
**valor e critérios de repasse**

<b>Programa</b>	<b>Objetivo/Benefício</b>	<b>Público</b>	<b>Valor</b>	<b>Critérios de repasse</b>
<b>Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)</b>	Garantir, suplementarmente, a alimentação escolar aos alunos da educação básica	Alunos de toda a Educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas	Creches: R\$ 1 Pré-escola: R\$ 0,50 Escolas indígenas e quilombolas : R\$ 0,60 Ensinos Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos: R\$ 0,30 Ensino integral (Mais Educação): R\$ 0,90	Repasse feito diretamente aos estados e municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento
<b>Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)</b>	Assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas da rede pública para melhoria da infraestrutura física e pedagógica e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático	Escolas públicas da Educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de Educação Especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público	Em 2012, o PDDE repassou R\$ 2 bilhões para mais de 134 mil escolas públicas e privadas de educação especial, em benefício de 43 milhões de alunos. O orçamento previsto para 2013 é de R\$ 2,38 bilhões	Os recursos são transferidos independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênere, de acordo com o número de alunos extraído do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse

**Quadro 3**  
**Relação dos programas federais e seus objetivos, público,**  
**valor e critérios de repasse**

Programa	Objetivo/Benefício	Público	Valor	Critérios de repasse
		Até 2008, o programa contemplava apenas as escolas públicas de Ensino Fundamental. Em 2009, com a edição da Medida Provisória 455, de 28/1/2009, transformada na Lei 11.947/2009, foi ampliado para toda a educação básica, passando a abranger as escolas de Ensino Médio e da Educação Infantil		
<b>Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate)</b>	Assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios para custear despesas com transporte de alunos moradores da zona rural. Os recursos podem ser usados para reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos,	Todos os alunos da educação básica, beneficiando também os estudantes da educação infantil e do ensino médio residentes em áreas rurais	O cálculo do montante de recursos financeiros destinados aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios tem como base o quantitativo de alunos da zona rural transportados e informados no censo escolar do ano anterior. O valor <i>per capita</i> /ano varia entre R\$ 120,73 e R\$ 172,24, de acordo com a área rural do município, a população moradora do	Transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere  Os estados podem autorizar o FNDE a efetuar o repasse do valor correspondente aos alunos da rede estadual diretamente aos respectivos municípios. Para isso, é necessário formalizar a autorização por meio de ofício ao órgão.

**Quadro 3**  
**Relação dos programas federais e seus objetivos, público,**  
**valor e critérios de repasse**

<b>Programa</b>	<b>Objetivo/Benefício</b>	<b>Público</b>	<b>Valor</b>	<b>Crítérios de repasse</b>
	combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública residentes em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar.		campo e a posição do município na linha de pobreza.	Caso não o façam, terão de executar diretamente os recursos recebidos, ficando impedidos de fazer transferências futuras aos entes municipais
<b>Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)</b>	Fornecimento de obras e demais materiais de apoio: PNBE Periódicos e PNBE Temático com acervos compostos por obras de literatura, de referência, de pesquisa e de outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica.	Escolas de ensino público das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, no âmbito da Educação Infantil (creches e pré-escolas), do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Para 2013, os acervos serão formados com até 45 títulos, englobando todos os temas. A estimativa de distribuição é de 85 mil acervos para 60 mil escolas, correspondendo a aproximadamente 3,8 milhões de livros.	Todas as escolas públicas cadastradas no censo escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) são atendidas pelo programa sem necessidade de adesão. Nos anos pares são distribuídos livros para as escolas de Educação Infantil (creche e pré-escola), anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. Já nos anos ímpares a distribuição ocorre para as escolas dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio

**Quadro 3**  
**Relação dos programas federais e seus objetivos, público,**  
**valor e critérios de repasse**

Programa	Objetivo/Benefício	Público	Valor	Critérios de repasse
<b>Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância)</b>	Assistência financeira para construção de creches e pré-escolas (escolas de educação infantil) bem como a aquisição de equipamentos.	Distrito Federal e municípios	Até outubro de 2012, foram selecionadas 3.019 unidades, beneficiando 1.600 municípios das 27 unidades da Federação, o que representa investimentos da ordem de R\$ 3.418.390.633,30.  Para o exercício 2013, está previsto investimento em mais 1,5 mil creches/escolas de educação infantil (FNDE)	A partir de 2012, as ações para construção de escolas de Educação Infantil do programa Proinfância são atendidas via PAC 2 ou emenda parlamentar.  As ações do Proinfância referentes ao PAC são pré-cadastradas no Simec pelo MEC, que, após estudo realizado, com o Comitê Gestor do PAC e Grupo Executivo do PAC (Gepac), estabeleceu os critérios de atendimento e definiu as quantidades das obras. O FNDE fornece projetos arquitetônicos padronizados para construção das unidades e os municípios podem utilizá-los ou desenvolver seus próprios projetos arquitetônicos
<b>Plano de Ações Articuladas (PAR)</b>	Apoio técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios a partir do compromisso dessas esferas de governo em elaborar o plano de metas Compromisso Todos pela Educação. O Termo de Compromisso para executar a <b>transferência direta</b> para a implementação das ações pactuadas no PAR, consideram as seguintes dimensões:  I. Gestão Educacional;	Estados, Distrito Federal e municípios assinantes do plano de metas Compromisso Todos pela Educação. Todos os 5.563 municípios, os 26 estados e o Distrito Federal aderiram ao Compromisso. Depois da adesão ao Compromisso,	O PAR tem três etapas:  O diagnóstico da realidade da Educação e a elaboração do plano são as primeiras etapas e estão na esfera do município/estado.  A terceira etapa é a análise técnica, feita pela Secretaria	A partir da edição da Lei 12.695/2012, a União, por meio do Ministério da Educação, está autorizada a transferir recursos aos estados, municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de prestar apoio financeiro à execução das ações do Plano de Ações Articuladas (PAR), sem a necessidade de firmar convênio,

**Quadro 3**  
**Relação dos programas federais e seus objetivos, público, valor e critérios de repasse**

Programa	Objetivo/Benefício	Público	Valor	Crítérios de repasse
	<p>II. Formação de Profissionais de Educação;</p> <p>III. Práticas Pedagógicas e Avaliação; e,</p> <p>IV. Infraestrutura e Recursos Pedagógicos.</p> <p>O FNDE, a partir de 2007, compromete-se a apoiar as ações relativas ao PAC 2 – Educação, especificamente para as ações:</p> <p>I. Proinfância – construção de unidades de educação infantil;</p> <p>II. Construção de quadras escolares; e,</p> <p>III. Cobertura de quadras escolares.</p> <p>Ressalta-se que também podem ser financiadas reformas, adequações ou ampliações bem como equipamentos.</p>	<p>os entes federativos devem elaborar o Plano de Ações Articuladas (PAR)</p>	<p>de Educação Básica do Ministério da Educação e pelo FNDE. Depois da análise técnica, o município assina um termo de cooperação com o MEC, do qual constam os programas aprovados e classificados segundo a prioridade municipal. O Termo de Cooperação detalha a participação do MEC – que pode ser com assistência técnica por um período ou pelos quatro anos do PAR e assistência financeira. No caso da transferência de recursos, o município precisa assinar um convênio, que é analisado para aprovação a cada ano.</p>	<p>ajuste, acordo ou contrato. A assistência financeira é concedida segundo os critérios técnicos estabelecidos para o PAR e regulamentada segundo a Resolução CD/FNDE 14.A Resolução CD/FNDE Nº 13/ 2012 disciplina os critérios da transferência automática no âmbito do PAC 2 – Educação para a qual o FNDE utiliza, como instrumento de pactuação, o Termo de Compromisso com entes federados.</p>
<b>Brasil Carinhoso</b>	<p>Objetivando incentivar o aumento da quantidade de vagas para as crianças de 0 a 48 meses (especialmente as beneficiárias do Bolsa-Família) nas creches públicas ou conveniadas com o poder público são fornecidos estímulos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal.</p>	<p>Na área de Educação o público-alvo são crianças de famílias que recebem o Programa Bolsa-Família e são atendidas em creches públicas ou conveniadas.</p>	<p>O MEC antecipa os valores do Fundeb para as novas turmas de Educação Infantil abertas pelos municípios e pelo Distrito Federal.</p> <p>O MDS repassa 50% mais recursos por vaga ocupada por crianças</p>	<p>Para receber esses recursos as prefeituras devem informar, por meio do sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec) do MEC, a quantidade de crianças do Programa Bolsa-Família que já são atendidas em creches públicas ou</p>

**Quadro 3**  
**Relação dos programas federais e seus objetivos, público, valor e critérios de repasse**

Programa	Objetivo/Benefício	Público	Valor	Critérios de repasse
			beneficiárias do Bolsa-Família em creches públicas ou conveniadas. Esse recurso adicional pode ser utilizado para custear alimentação e cuidados pessoais das crianças.	conveniadas. O MEC antecipa o repasse dos valores transferidos pelo Fundeb para as vagas em novas turmas de Educação Infantil abertas pelos municípios e pelo Distrito Federal. Com isso, os municípios não precisam, como é praxe, esperar até a divulgação dos resultados do Censo Escolar da educação Básica para receber os recursos relativos às turmas novas.

Fonte: FNDE.

**Quadro 4**  
**Programa Estadual de Apoio à Educação Infantil e seus objetivos, público, valor e critérios de repasse**

Programa	Objetivo/ Benefício	Público	Valor	Critérios de Repasse
Ação Educacional Estado/Município/ Educação Infantil – PAEM/Educação Infantil  (Programa Creche Escola)	Ampliar o atendimento à Educação Infantil, principalmente em regiões de alta vulnerabilidade social, mediante a transferência de recursos financeiros para construção, ampliação, reforma ou adequação de prédios públicos municipais destinados à Educação Infantil, bem como para aquisição de	Municípios paulistas que assinaram o Termo de Adesão e convênio com a SEE. Os critérios de escolha das localidades serão baseados em situação de maior vulnerabilidade, risco social e elevada demanda que contribuam para o atendimento da Educação Infantil.	Estão previstos R\$ 1 bilhão para construir mil creches em todo o estado de São Paulo até 2014. Em julho de 2013, foi anunciado que mais 315 municípios receberão R\$ 570 milhões.  Em 31 de outubro de 2013 já havia uma	Os critérios de escolha das localidades serão baseados em situação de maior vulnerabilidade, risco social e elevada demanda que contribuam para o atendimento da Educação Infantil. Os municípios são convidados pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social a comparecerem para a

**Quadro 4**  
**Programa Estadual de Apoio à Educação Infantil e seus objetivos,**  
**público, valor e critérios de repasse**

Programa	Objetivo/ Benefício	Público	Valor	Critérios de Repasse
	equipamentos e materiais de natureza permanente.		creche entregue, 108 em obras e 106 em licitação (SEE).	assinatura do Termo de Adesão. A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social encaminha os respectivos Termos de Adesão à Secretaria de Estado da Educação que iniciará a instrução dos processos de convênios com os municípios. A Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) orienta os municípios na elaboração dos projetos e na execução de obra nova, de prédios do programa. Os municípios devem seguir as diretrizes e normas técnicas constantes dos catálogos técnicos de Ambientes, Componentes, Serviços, Normas de Apresentação de Projetos de Edificações e Manual de Topografia expedidos pela FDE. É de responsabilidade do município fornecer os terrenos, com toda documentação, preparar o processo licitatório, aplicar os recursos e prestar contas.

Fonte: Secretaria Estadual de Educação.

## **Cálculos para estimativa da capacidade de financiamento dos municípios**

Para realizar os cálculos e as projeções foi estabelecido o seguinte roteiro metodológico:

### **Fontes de Informação**

- Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), 2012 – Dados Financeiros – Relatórios Municipais;
- Secretaria do Tesouro Nacional (STN) – Finanças do Brasil (Finbra), 2012 – Dados Financeiros;
- Fundação Seade – Projeções de população nas faixas etárias até 3 anos e de 4 a 5 e de matrículas (2013 a 2020).

### **Importação e análise dos dados**

A base de dados financeiros Finbra, do STN, não apresenta os dados da educação infantil, desagregados por creche e pré-escola. Assim, foram trazidos dados do Siope para complemento das informações, uma vez que esse sistema apresenta os dados desagregados.

Informações de municípios que constavam no Siope e não constavam no Finbra também foram aproveitadas, de maneira a se ter o maior número de municípios na base de dados trabalhada. Esse procedimento foi possível por se tratar de informações de execução orçamentária, pois não há variação na informação.

Apesar dos esforços para complemento das informações, foram excluídos 42 municípios, por falta dos dados necessários (Anexo2). Portanto, as análises foram feitas para 603 municípios (93,5% dos municípios paulistas).

A projeção de vagas, ano a ano, foi feita pelo método linear a partir da projeção populacional na idade, feita pelo Seade. Os cálculos consideraram as vagas ofertadas pelas redes municipal e conveniada.

### **Realização dos cálculos econômico-financeiros**

A partir da base de dados, foi estruturada a matriz de cálculos para responder às indagações iniciais aqui apresentadas. Todos os cálculos foram realizados para cada um dos municípios, o que permitiu análises individuais, do conjunto dos 603 municípios, por recortes populacionais, nível de gasto, etc.

### **Procedimento para os cálculos do ano de 2012**

- **Receita municipal:** dados Finbra – Receitas Correntes.
- **Receita municipal para educação:** somatório de 25% das receitas de impostos, 5% das transferências constitucionais, transferências do Fundeb, transferências do

FNDE e transferências de convênios federais e estaduais. O valor total foi obtido pelo somatório dos valores de todos os municípios do universo trabalhado.

- **Receitas de transferências para a educação:** somatório das receitas de transferências (Fundeb, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e convênios federais e estaduais). O valor total foi obtido pelo somatório dos valores de todos os municípios.
- **Gasto municipal com educação:** os dados foram obtidos, por município, diretamente do Siope – Relatórios Municipais, por meio do Demonstrativo da Função Educação. Foram utilizadas as Despesas Liquidadas – Total da Função Educação. O valor total foi obtido pelo somatório dos valores de todos os municípios.
- **Gasto municipal com educação infantil – creche e pré-escola (total e per capita):** os dados foram obtidos, por município, diretamente do Siope – Relatórios Municipais, por meio do Demonstrativo da Função Educação. Foram utilizadas:
  - Despesas Liquidadas – (subfunção 365) – Educação Infantil (Creche);
  - Despesas Liquidadas – (subfunção 365) – Educação Infantil (Pré-escola);
  - Despesas Liquidadas – (total da subfunção 365) – Educação Infantil.
- Os valores totais de Gastos na Educação Infantil – Creche e Pré-escola – foram obtidos pelo somatório dos valores das despesas liquidadas na etapa, de todos os 603 municípios.
- **Gasto per capita:** o gasto *per capita* foi obtido pela divisão do valor das despesas liquidadas na etapa – Creche, Pré-escola e total – pela quantidade de matrículas na etapa educacional. Os valores foram identificados por municípios e total do universo trabalhado (603 municípios).
- **Receitas de transferências para a educação infantil:** a estimativa de receitas de transferências para a educação infantil foi obtida pelo somatório das transferências do Fundeb, FNDE (proporcional à etapa) e transferências de convênios (proporcional à etapa). Os valores de transferências do Fundeb foram obtidos diretamente do Siope – Relatórios Municipais – Demonstrativo Fundef/Fundeb. As receitas não se encontram discriminadas por etapa educacional, assim, optou-se por considerar os mesmos valores das despesas, que estão discriminadas por etapa, e há uma equivalência com os valores de receitas. As transferências do FNDE e de convênios também não se encontram discriminadas pela etapa

educacional; entretanto, as despesas liquidadas consideram todas as despesas, não sendo possível desvinculá-las. Assim, decidiu-se por apropriar proporcionalmente as receitas à etapa, embora se saiba que parte dessas receitas, principalmente de convênios, seja para construções, o que as tornam esporádicas. A proporcionalidade das receitas de transferências para a educação infantil foi obtida aplicando o percentual de proporcionalidade do Fundeb da educação infantil, em relação ao Fundeb total.

- **Recursos próprios municipais gastos com a educação infantil:** despesas com educação infantil menos a estimativa de receitas de transferências para a educação infantil.
- **Percentual das receitas municipais gasto com educação:** gasto total com educação dividido pelo total das receitas correntes.
- **Percentual das receitas da educação gasto com educação infantil:** gasto com educação infantil dividido pelo valor total das receitas para educação.
- **Percentual das transferências em relação às receitas totais de educação:** valor total das transferências dividido pelo valor total das receitas para educação.

#### ***Procedimentos para projeção financeira de 2013/2020***

- **Gastos com educação infantil:** a partir da projeção do Seade, de população na faixa etária (2020 Creche e 2016 Pré-escola), foram feitos os cálculos das vagas necessárias a serem disponibilizadas para cumprimento do PNE (50% Creche e 100% Pré-escola). Do total de vagas a serem criadas, foram subtraídas as vagas existentes em 2012 e o saldo distribuído pelo método linear, ano a ano, até 2016 para pré-escola e 2020 para creche. O total de vagas de cada ano foi obtido pela soma das vagas existentes mais a quantidade de vagas a ser incrementada no ano. As vagas de pré-escola, em 2016, foram mantidas inalteradas até 2020. O cálculo dos gastos resulta da multiplicação da quantidade de vagas a serem disponibilizadas a cada ano, pelo valor *per capita* de 2012. Todas as projeções financeiras foram feitas no valor atual (2012), tendo como incremento financeiro apenas o resultado da quantidade de vagas.
- **Receitas municipais para a educação:** somatório de 25% das receitas de impostos (valores fixos de 2012), 5% das transferências constitucionais (valores fixos de 2012), transferências do Fundeb (valor *per capita* de 2012, multiplicado pela quantidade de vagas do ano para educação infantil e valor fixo para o fundamental), transferências do FNDE e convênios (valores fixos de 2012).

- **Receitas de transferências do Fundeb:** a projeção de receitas de transferências do Fundeb foi obtida pela multiplicação do Fundeb *per capita*, em 2012, pela quantidade de vagas no ano.
- **Recursos próprios a serem gastos com educação e educação infantil:** os valores dos recursos próprios a serem gastos foram obtidos pela projeção dos gastos menos a projeção das receitas de transferências do Fundeb no ano.
- **Percentual das receitas municipais a ser gasto com educação:** estimativa de gastos com a educação no ano, dividido pelo total das Receitas Correntes Municipais (2012).
- **Percentual das receitas da educação a ser gasto com educação infantil:** estimativa de gastos com a educação infantil dividido pela estimativa do valor das receitas totais para a educação.
- **Percentual de transferências sobre as receitas totais de educação:** estimativa do valor total de transferências dividido pela estimativa de valor total das receitas para educação.

## Resultados – Análise Financeira

As receitas municipais para a educação são compostas pelos valores agregados dos 603 municípios paulistas (Tabela 10). Os valores de transferências do Fundeb representaram 47% da receita total e as demais receitas de transferências (FNDE e transferências de convênios) pouco mais de 9%. As receitas de tributos próprios e os 5% constitucionais (além dos 20% que compõem o Fundeb) representam cerca de 44% das receitas totais.

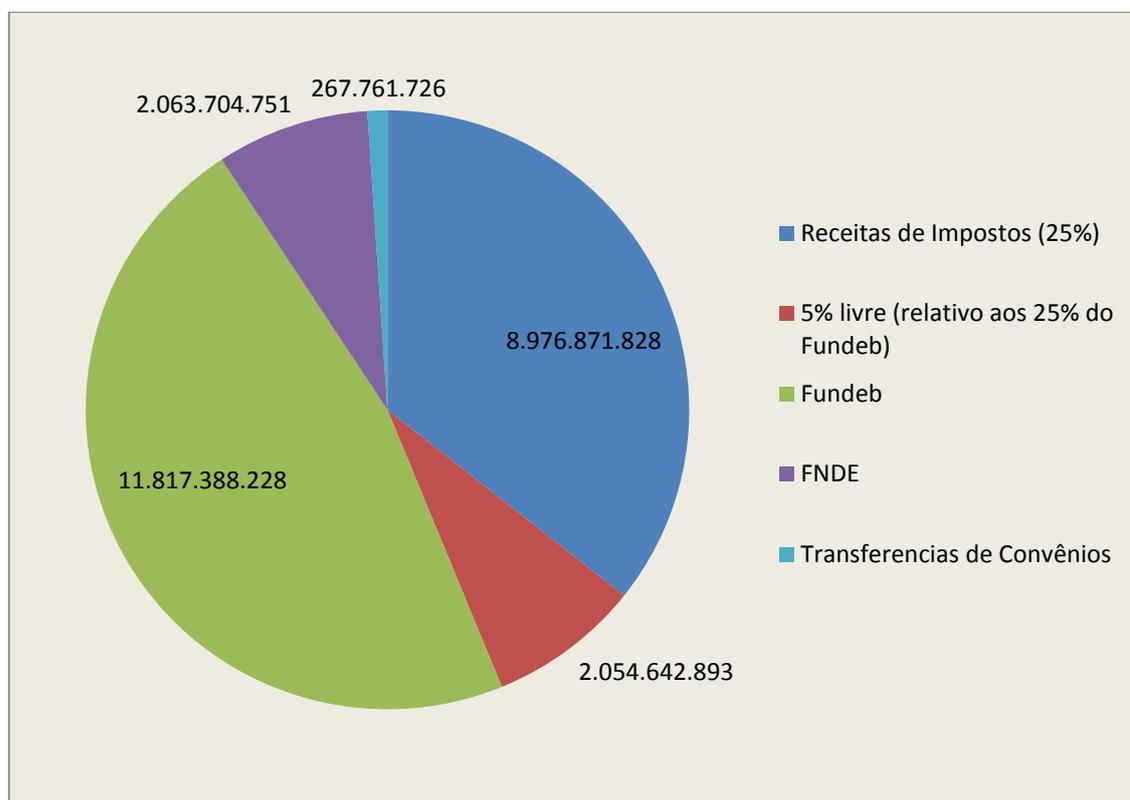
Neste contexto é importante ressaltar que o Fundeb constitui uma inovação no financiamento da política educacional, pois diferentemente do Fundef, permite o custeio da educação infantil. Matrículas em creches e pré-escolas, do Poder Público, de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público, podem ser computadas para recebimento de recursos do Fundeb (Lei 12.695/2012). Outro destaque deve-se à fixação de um valor mínimo por aluno/ano e, caso algum município não atinja esse valor, o governo complementa os recursos para garantir um mínimo nacional a todas as crianças.

**Tabela 10**  
**Composição das receitas para a Educação Básica para os municípios paulistas**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Receita de Impostos (25%)	(5% Livre Relativo ao Fundeb)	Fundeb	FNDE	Transferências de Convênios	Receita Total
8.976.871.828	2.054.642.893	11.817.388.228	2.063.704.751	267.761.726	25.180.369.427

Fonte: Siope; Finbra.

**Gráfico 3**  
**Composição das receitas para a Educação Básica**  
**Estado de São Paulo – 2012**



Fonte: Siope; Finbra.

O gasto total com a educação, em 2012, no conjunto dos 603 municípios, foi de R\$ 29.029.768.222 e as receitas totais para a educação atingiram R\$ 25.180.369.427. Os municípios despenderam, portanto, R\$ 3.849.398.795 além dos gastos obrigatórios. Um acréscimo de pouco mais de 15% do total das receitas destinadas à educação.

Do total das despesas com educação, R\$ 10.128.820.163 foram gastos com a educação infantil, o que representa, em média, 35% dos gastos totais.

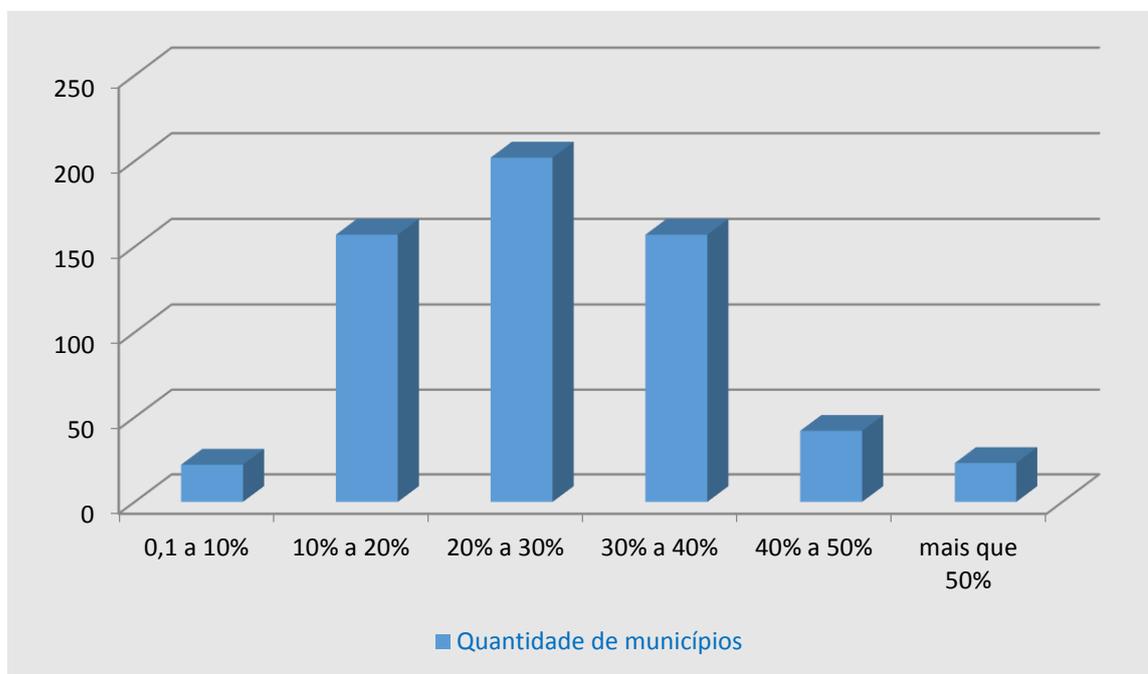
**Tabela 11**  
**Despesa liquidada na subfunção Educação Infantil e na função Educação básica – 2012**

Despesa Liquidada			
Educação Infantil			Educação Básica
Subfunção Creche	Subfunção Pré-escola	Total da Subfunção Educação Infantil	Função Educação Básica
4.761.658.391,99	5.367.161.771,08	10.128.820.163,07	29.029.768.222,55

Fonte: Siope.

A distribuição dos municípios por faixas de gastos com a educação infantil mostra forte concentração de gastos, entre 10% e 40% do total das despesas com a educação (Gráfico 4).

**Gráfico 4**  
**Gastos com a Educação Infantil em relação aos gastos com Educação**



Fonte: Siope. Finbra.

O gasto médio com Educação Infantil representou cerca de **9%** das Receitas Correntes Municipais e, a Educação, **26%** (Tabela 12). O total dos municípios do Estado ultrapassou, na média, 1% do percentual obrigatório de gastos com a Educação (25%).

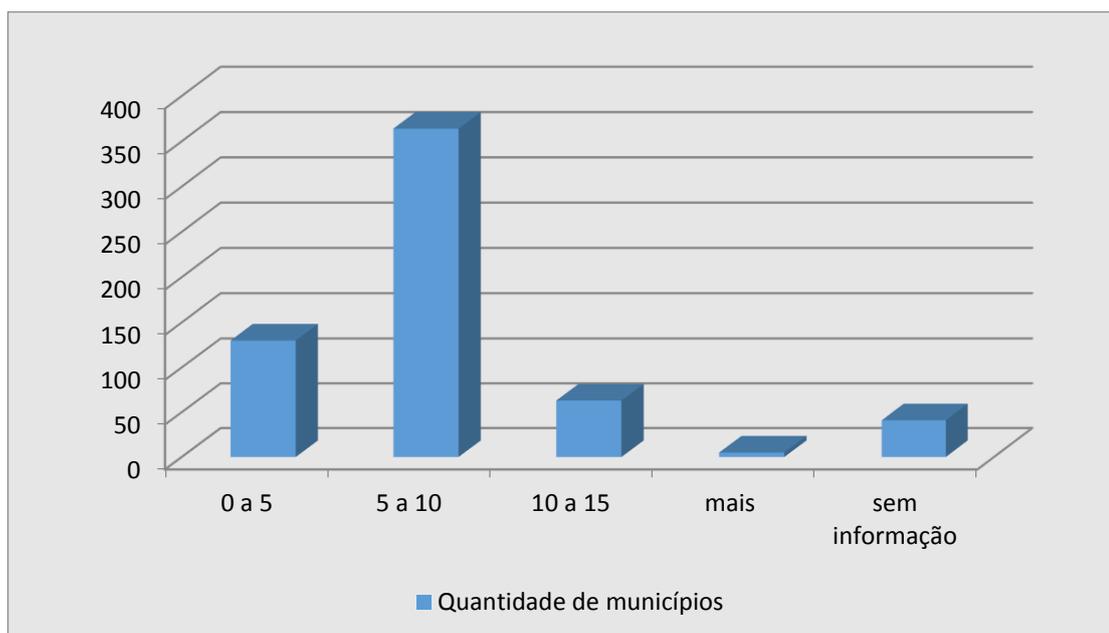
**Tabela 12**  
**Percentual de gastos da Educação e Educação infantil em relação às Receitas Correntes Municipais – 2012**

Receitas Correntes Municipais	Gastos com a Educação Infantil	% de gasto das Receitas Correntes Municipais em Educação	% de gasto das Receitas Correntes Municipais em Educação Infantil
111.958.921.692,15	10.128.820.163,07	26%	9%

Fonte: Siope. Finbra.

A distribuição dos municípios, por faixa de gastos, aponta para a concentração de gastos na faixa entre 5% a 10% das receitas municipais. Observa-se que a grande maioria gasta abaixo de 10% (Gráfico 3). Isso pode significar que uma parcela dos municípios ainda pode investir na ampliação dessa etapa de ensino. Entretanto, é necessário um estudo incluindo os gastos da educação básica para dimensionar as potencialidades de incremento.

**Gráfico 5**  
**Relação de gastos com a educação e as receitas municipais – 2012**



O gasto médio *per capita* da educação infantil foi de **R\$ 6.791,82**, sendo **R\$ 7.082,97** para creche e **R\$ 6.552,86** para a pré-escola. Contrariando as suposições, os dados mostram que o custo *per capita* de creche não representa valor significativamente elevado em relação ao da pré-escola.

Gestores municipais observam que as causas podem ser diversas, desde a não apropriação adequada dos custos em creche e pré-escola, separadamente, a adoção de convênios com instituições que oferecem vagas a um custo menor ou até a política de contratação do pessoal (não exigência de magistério para os profissionais), que pode implicar redução de custos. Entretanto, são apenas inferências; este é um tópico que merece aprofundamento com dados e informações de realidade.

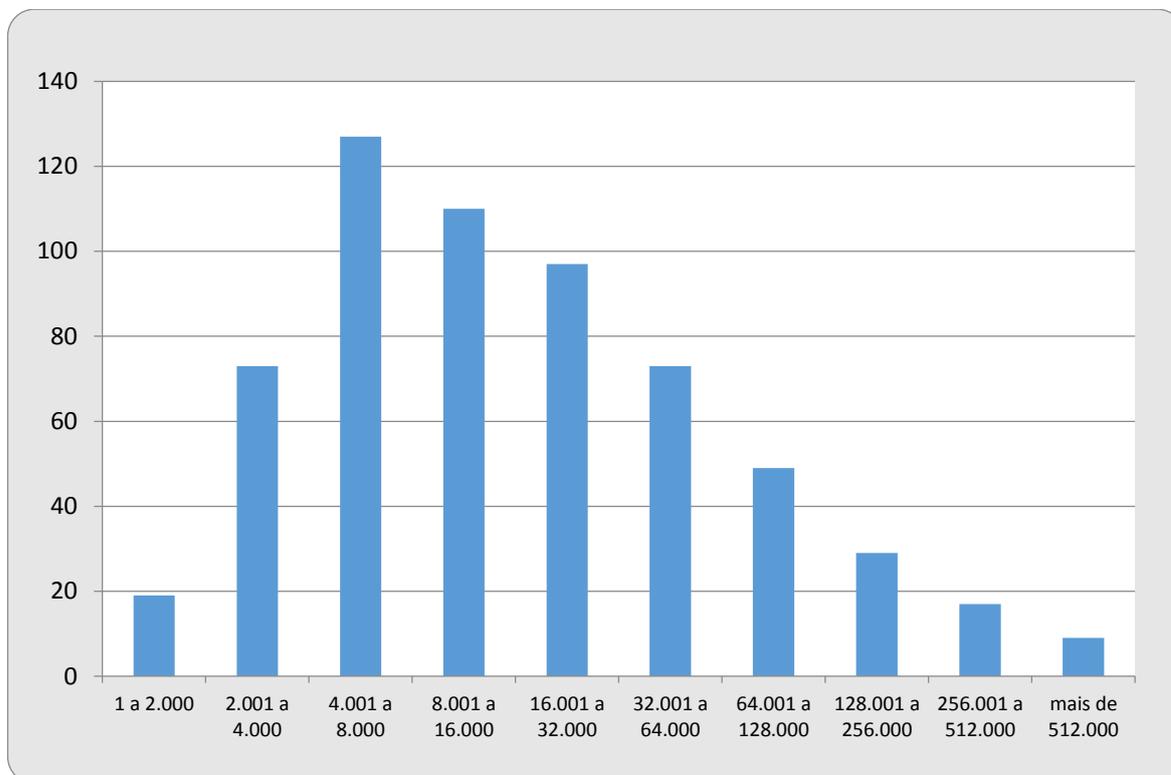
**Tabela 13**  
**Gasto *per capita* da educação infantil, discriminado em creche, pré-escola e educação infantil 2012**

Em reais		
Creche	Pré-escola	Educação Infantil
7.082,97	6.552,86	6.791,82

**Fonte:** Siopex; Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

Para verificar se o porte do município tem influência no perfil dos gastos *per capita*, foi feita uma distribuição dos municípios por porte populacional. O agrupamento procurou reproduzir o perfil populacional do conjunto dos municípios no Estado, conforme demonstrado no Gráfico 6.

**Gráfico 6**  
**Distribuição dos municípios analisados, por porte populacional – 2012**



Fonte: Siope; Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

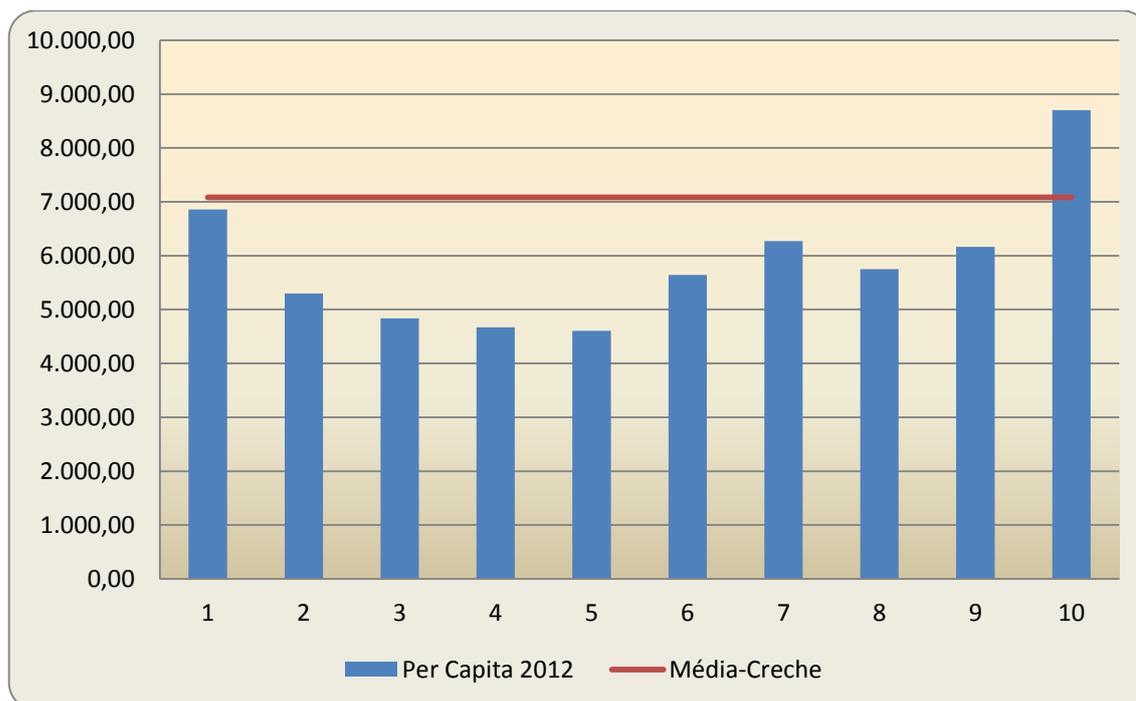
Foram estabelecidos dez agrupamentos, por habitantes:

- Grupo 1 – de 1 a 2.000;
- Grupo 2 – de 2001 a 4.000;
- Grupo 3 – de 4001 a 8.000;
- Grupo 4 – de 8001 a 16.000;
- Grupo 5 – de 16.001 a 32.000;
- Grupo 6 – de 32.001 a 64.000;
- Grupo 7 – de 64.001 a 128.000;
- Grupo 8 – de 128.001 a 256.000;
- Grupo 9 – de 256.001 a 512.000;
- Grupo 10 – acima de 512.000.

Os Gráficos 7 a 9 mostram que os municípios com população abaixo de 2 mil e maiores do que 500 mil habitantes têm custos *per capita* maiores do que o conjunto dos municípios,

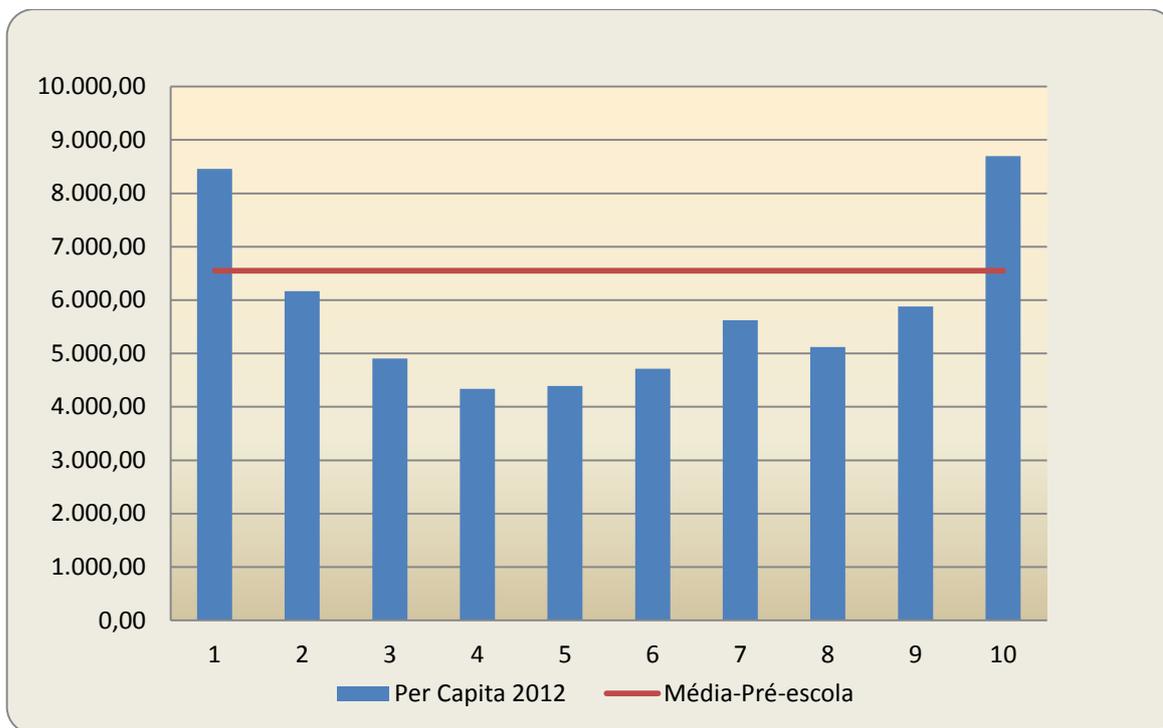
em creche, pré-escola e na educação infantil. Talvez essa diferença em relação ao conjunto seja justificada pelo custo de mão de obra nos municípios maiores e a falta de ganhos de escala dos municípios menores, principalmente nos custos com pessoal administrativo e gerencial. Entretanto, são apenas hipóteses, que devem ser objeto de estudos específicos.

**Gráfico 7**  
**Gasto *per capita*, por porte populacional, em creche – 2012**



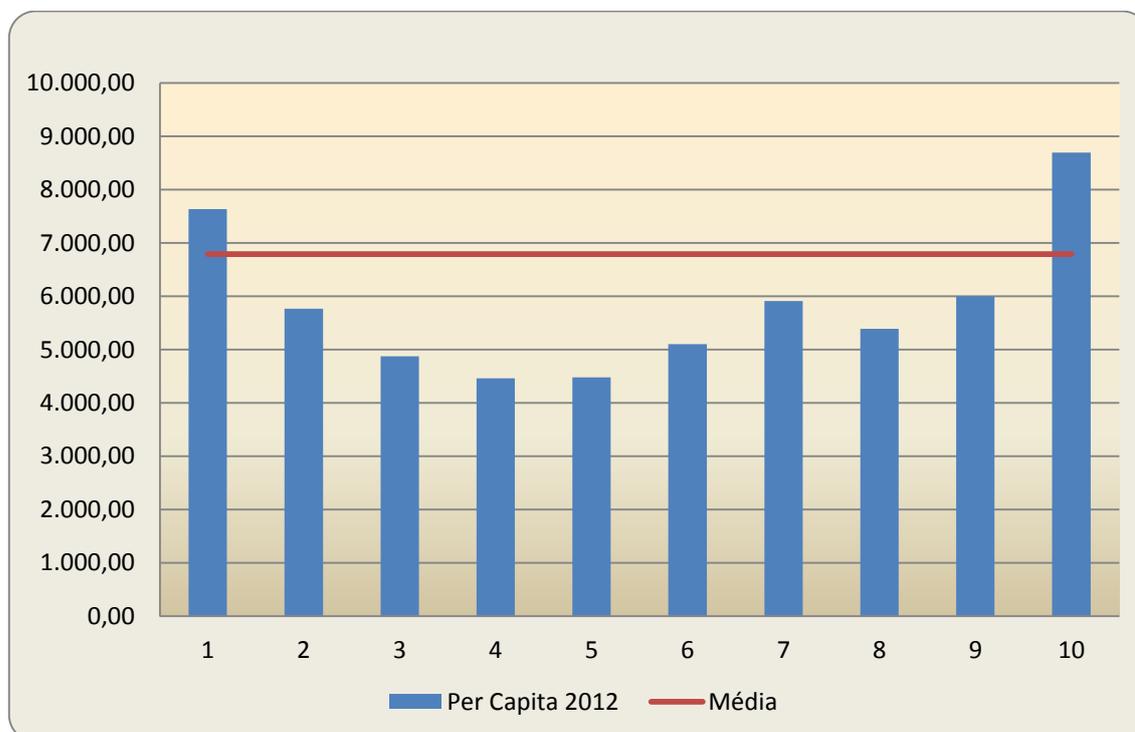
**Fonte:** Siopex; Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

**Gráfico 8**  
**Gasto *per capita*, por porte populacional, em pré-escola – 2012**



Fonte: Siope; Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

**Gráfico 9**  
**Gasto *per capita*, por porte populacional, na educação infantil – 2012**



Fonte: Siope; Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

As receitas de transferências representam **52%** do total dos gastos com a educação infantil, enquanto que as receitas do Fundeb representam **43%** e as de transferência do FNDE e de convênios, **8,5%** (Tabela 14). Os **municípios complementam**, portanto, em **48%** os recursos necessários para manter a educação infantil.

**Tabela 14**  
**Percentual de gastos com educação infantil em relação às receitas de transferências para Educação Infantil 2012**

Gasto com educação infantil	Receitas de Transferências para a educação infantil				% de receitas de transferências sobre gastos com educação infantil
	Fundeb Educação Infantil	FNDE proporcional para a educação infantil	Convênios proporcionais para a educação infantil	Total	
10.128.820.163,07	4.382.590.381,27	765.462.260,12	94.285.808,49	5.242.338.449,87	52%

Fonte: Siope; Finbra.

As projeções para cumprimento das metas de creche (2020) e pré-escola (2016) apontam um crescimento de **47%** nos gastos, até 2020. A Tabela 15 apresenta os valores de gastos anuais, seguindo uma projeção com crescimento linear de atendimento de vagas. O crescimento das despesas é da ordem de **8,4%** anuais (Tabela 16).

**Tabela 15**  
**Estimativa de gasto com educação infantil 2012-2020**

Ano	Gasto com educação infantil
2012	10.128.161.661,91
2013	10.978.415.904,51
2014	11.828.123.844,31
2015	12.676.863.269,94
2016	13.526.110.860,01
2017	13.869.821.786,41
2018	14.213.982.022,72
2019	14.557.963.695,57
2020	14.902.531.156,56

Fonte: Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

**Tabela 16**  
**Estimativa de gasto com educação infantil e percentual de crescimento no período 2012-2020**

Estimativa de gasto com educação infantil			
2012	2020	Acréscimo (2012 a 2020)	Percentual
10.128.820.163,07	14.902.531.156,56	4.773.710.993,49	47%

Fonte: Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

As despesas com educação infantil representam **35%** das receitas para educação em 2012. Em 2020, essas despesas deverão alcançar **55%** das receitas totais para a educação.

As estimativas de receitas municipais para a educação, considerando o incremento dos valores devido à ampliação das vagas, têm crescimento de **9,43%** até 2020, partindo de R\$ 25.180.369.427,44, em 2012, e chegando a R\$ 27.272.108.126,97, em 2020. (Tabela 17).

**Tabela 17**  
**Estimativa de receitas municipais totais para a educação 2012-2020**

Estimativa de receitas municipais totais para a educação (Fundeb proporcional para educação infantil e fixo para fundamental)	
2012	25.180.369.427,44
2013	25.569.360.143,82
2014	25.928.655.892,18
2015	26.287.465.919,67
2016	26.646.512.272,12
2017	26.802.717.007,94
2018	26.959.143.461,26
2019	27.115.477.380,40
2020	27.272.108.126,97

Fonte: Siope; Finbra; Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

O Fundeb para a educação infantil deverá crescer, até 2020<sup>9</sup>, **43,5%** em relação aos valores de 2012 (Tabela 10). Entretanto, a estimativa de crescimento das despesas é de **47%**, em relação às despesas de 2012.

<sup>9</sup> Não está incluído aqui o incremento que o Programa Brasil Carinhoso gerará no Fundeb.

**Tabela 18**  
**Estimativa de receitas municipais do Fundeb**  
**2012-2020**

Ano	Estimativa de receita do Fundeb Educação Infantil
2012	4.382.590.381,27
2013	4.741.815.722,68
2014	5.101.111.471,04
2015	5.459.921.498,53
2016	5.818.967.850,98
2017	5.975.172.586,80
2018	6.131.599.040,12
2019	6.287.932.959,26
2020	6.444.563.705,83

**Fonte:** Siope; Finbra; Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

Os municípios deverão aportar R\$ 8.457.967.450,73 (Tabela 19), em 2020, para fazer frente aos novos gastos com a educação infantil, contra R\$5.745.571.280,64, em 2012. O crescimento é de **47%**.

**Tabela 19**  
**Estimativa de recursos próprios municipais para educação infantil**  
**2012-2020**

Ano	Estimativa de recursos próprios municipais para educação infantil (despesas - receitas de transferências)
2012	5.745.571.280,64
2013	6.236.600.181,83
2014	6.727.012.373,27
2015	7.216.941.771,41
2016	7.707.143.009,03
2017	7.894.649.199,61
2018	8.082.382.982,60
2019	8.270.030.736,31
2020	8.457.967.450,73

**Fonte:** Siope; Finbra; Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

O gasto com educação infantil, em 2020, representará, em média, **13,31%** das receitas correntes líquidas dos municípios, contra **9%**, em 2012 (Tabela 20).

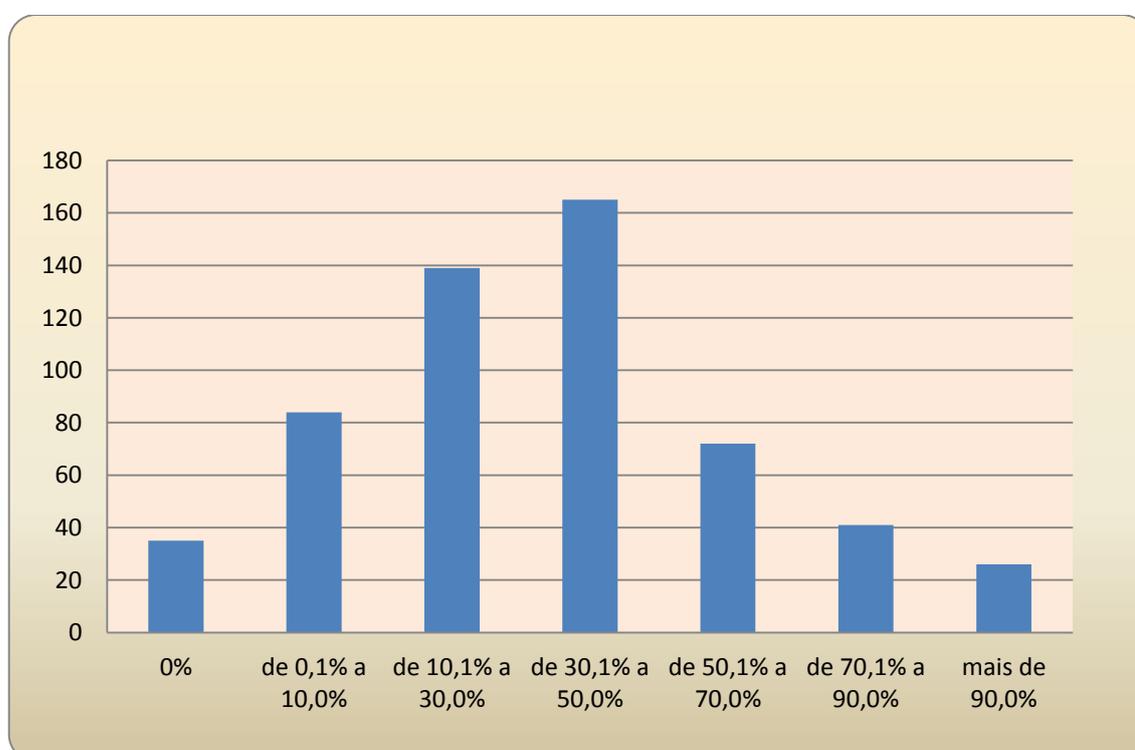
**Tabela 20**  
**Estimativa de despesa com educação infantil (2020) e receita corrente (2012) – valor e percentual**

Estimativa de despesa com educação infantil em 2020	Receita Corrente em 2012	% da despesa com educação infantil, em 2020, sobre Receita Corrente em 2012
14.902.531.156,56	111.958.921.692,15	13,31

**Fonte:** Siope; Finbra; Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

O Gráfico 10 representa o esforço financeiro que os municípios terão que fazer para cumprir as metas preconizadas pelo PNE até 2020. Para cerca de 300 municípios, a educação infantil custará entre 10% a 50% a mais. Outros 140 municípios terão que fazer um esforço ainda maior, com gastos acima de 70%, com alguns ultrapassando a barreira dos 100%. Destaca-se um pequeno grupo, menos de 40 municípios (no universo trabalhado), que não terão gastos adicionais.

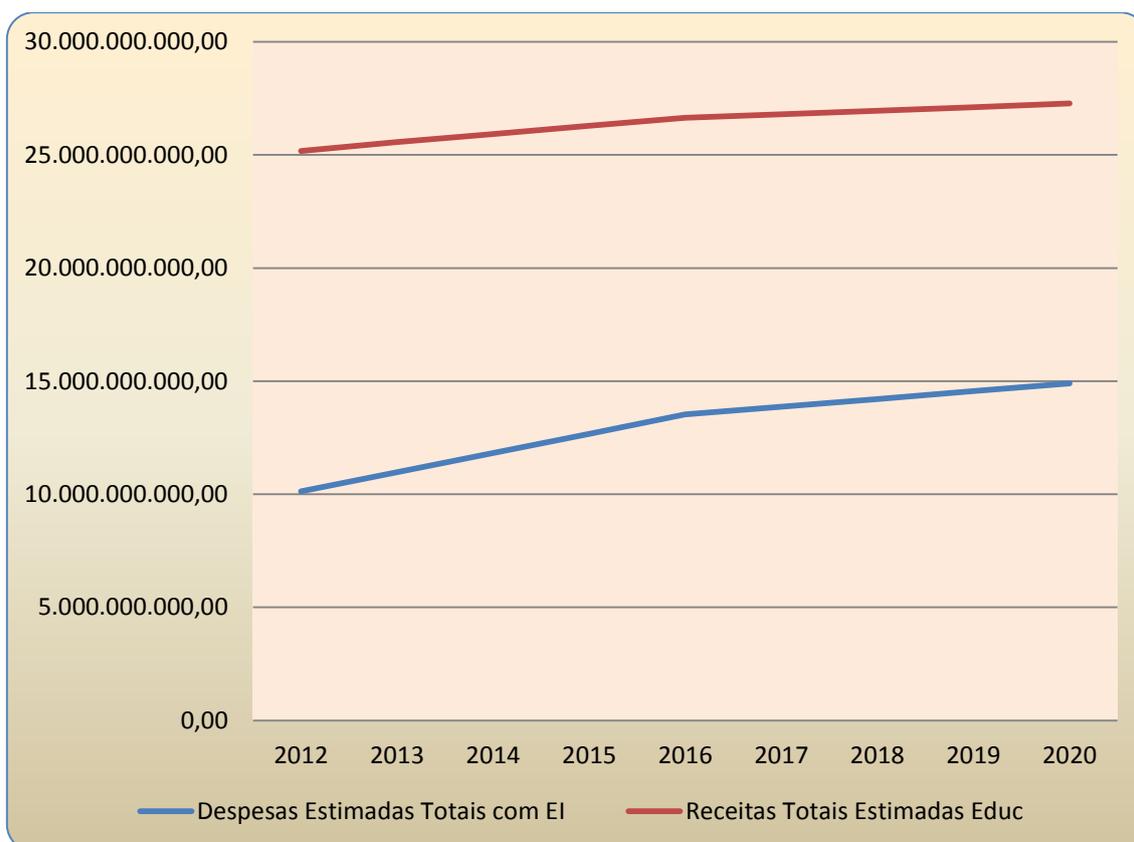
**Gráfico 10**  
**Esforço financeiro adicional para cumprir as metas de creche e pré-escola**



**Fonte:** Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

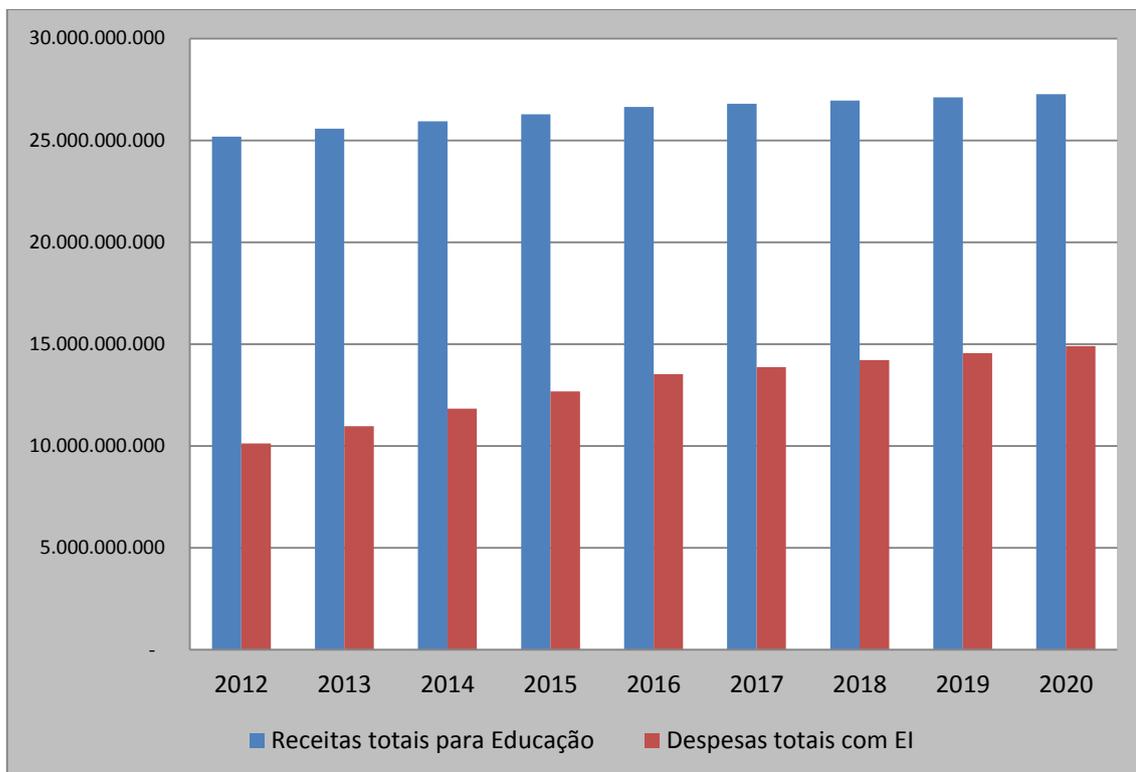
Os Gráficos 11 e 12 mostram a evolução das receitas e despesas no período (2012 – 2020). Observa-se crescimento das despesas em relação às receitas. Em 2016, há mudança no ritmo de crescimento nas receitas e despesas. Esse fato está relacionado ao término do prazo para a universalização da pré-escola.

**Gráfico 11**  
**Evolução dos gastos com educação infantil e receitas totais em educação**  
**2012-2020**



**Fonte:** Siopex; Finbra; Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

**Gráfico 12**  
**Evolução das receitas totais para educação e despesa com educação infantil**



**Fonte:** Siope; Finbra; Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

Outro aspecto que merece atenção sobre a possibilidade de viabilizar a oferta de vagas é a parceria com instituições do terceiro setor. A rede de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público, tornou-se fundamental no atendimento à educação infantil. A possibilidade de financiamento de vagas nessas instituições, com recursos do Fundeb, possibilitou que 201 municípios ampliassem o acesso à creche e 93 à pré-escola (Tabela 21).

**Tabela 21**  
**Municípios com creches e pré-escolas conveniadas**  
**2012**

Porte populacional (hab.)	Quantidade de Municípios	Municípios com Vagas Conveniadas de Creche	%	Municípios com Vagas Conveniadas de Pré-escola	%
Menos de 100.000	529	142	26,84	43	8,13
100.001 – 200.000	35	24	68,57	21	60,00
Mais de 200.000	39	35	89,74	29	74,36
Total	603	201	33,33	93	15,42

Fonte: Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

Observa-se que há frequência maior de municípios que utilizam a rede conveniada em creche do que em pré-escola. Quanto maior é o município, mais essa parceria é utilizada. Daqueles com menos de 100 mil hab., 27% utilizam a rede conveniada em creche para ampliar o acesso. Já para municípios com mais de 200 mil, 90% têm vagas de creche conveniadas. Observa-se que a rede conveniada representa 35% das matrículas em creche e 3,8% em pré-escola (Tabela 22).

**Tabela 22**  
**Quantidade e percentual de matrículas em creches e**  
**pré-escolas conveniadas e públicas**  
**2012**

Matrículas	Creche	%	Pré-escola	%
Conveniadas	235.247	35,0%	31.097	3,8%
Públicas e conveniadas	672.269	100,0%	819.057	100,0%

Fonte: Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

## Conclusão sobre Capacidade Financeira

Os municípios paulistas gastam, em média, **26%** das suas receitas com a educação, cumprindo o dispositivo legal que impõe limite mínimo de 25% de gastos com essa área. As receitas municipais para a educação totalizaram, em 2012, **R\$ 25.180.369.427,44** e, os gastos, **R\$ 29.029.768.222,55**. Esses valores apontam um gasto de **R\$ 3.849.398.795,11** acima das receitas, cerca de **15 %**.

Os gastos médios com a **educação infantil**, em 2012, representaram **35%** dos gastos com a educação, com valores financeiros de **R\$ 10.128.820.163,07**. Para cumprir as metas preconizadas pelo PNE (50% de vagas para creche, até 2020, e 100% para pré-escola, até 2016), os gastos projetados com educação infantil, para 2020, serão de **R\$ 14.902.531.156,56**, o que representa um acréscimo de **47%** em relação aos gastos atuais.

Esse incremento de gastos fará com que os municípios despendam **13,3%** das **receitas correntes municipais**, em 2020, para financiar a educação infantil, sendo que, em 2012, esses gastos representaram **9%**.

Os valores apresentados apontam para um acréscimo significativo nos gastos municipais com a educação infantil. Mais do que isso, demonstram a necessidade de incremento de receitas. A melhoria na relação despesa com educação infantil e receitas municipais só acontecerá se houver ampliação das receitas. Esta, por sua vez, só ocorrerá com aumento de recursos para o financiamento da educação, por meio da ampliação das transferências ou melhoria da economia local. Sabendo-se que a melhoria da economia local é menos tangível, no curto prazo, resta, portanto, a possibilidade de aumento de transferências.

As receitas de transferências para a educação infantil, em 2012, somaram **R\$ 5.242.338.449,87**, o que representou **52%** dos gastos com essa etapa de ensino. Infere-se daí que os **48%** restantes foram supridos pelos municípios.

Para identificar a parcela de recursos municipais necessária aos novos desafios, foram analisados os valores de transferência do **Fundeb**, por ser esta uma receita definida e certa (as demais receitas de transferência – FNDE e convênios – são negociáveis). Assim, verificou-se que as receitas de transferências do Fundeb somaram, em 2012, **R\$ 4.382.590.381,27** e a projeção dos valores dessa transferência para 2020, com o incremento das novas vagas, será de **R\$ 6.444.563.705,83**. Considerando que a projeção dos gastos aponta para valores da ordem de **R\$ 14.902.531.156,56**, deduz-se, assim, que os municípios precisarão aportar **R\$ 8.457.967.450,73** de recursos próprios para arcar com os novos encargos.

Os estudos apontaram um custo *per capita* médio do aluno na educação infantil, em 2012, de **R\$6.791,82**; na creche, de **R\$7.082,97**; e, na pré-escola, de **R\$ 6.552,86**. Chama a

atenção o fato de os valores de creche e pré-escola serem tão próximos, uma vez que, pelo senso comum, os custos de creche deveriam ser maiores do que o da pré-escola. Consultados alguns municípios, a respeito desses valores, as respostas foram variadas, indo desde a inadequada apropriação dos gastos; convênios com instituições que oferecem vagas a um custo menor; ou política de contratação do pessoal.

Outro fator que chama a atenção são as diferenças dos custos *per capita* dos municípios. Quando observados os dados individuais, percebe-se grande diferença nos valores, sem razão objetiva, ou que a justifique, como porte populacional, localização em Região Metropolitana ou com receitas elevadas, conforme mostra a Tabela 23.

**Tabela 23**  
**Exemplo de municípios com população e custo *per capita* em educação infantil (R\$) 2012**

Município	População total	Custo <i>per capita</i> da educação infantil
Santana da Ponte Pensa	1.603	16.718,80
Cubatão	120.293	14.018,58
Ribeirão dos Índios	2.182	12.384,10
São Caetano do Sul	150.638	11.026,82
Jundiaí	377.183	10.742,63
Balbinos	4.063	12.113,13
Sumaré	246.247	3.317,13
Franco da Rocha	135.150	3.397,24
Itapecerica da Serra	156.077	3.528,89
Barretos	113.338	2.680,10
Nova Castilho	1.146	2.594,47
Barra Bonita	35.210	2.430,47
Tambaú	22.429	1.713,76

Fonte: IBGE. Siopé. Finbra.

Entretanto, os dados dos municípios agrupados por porte populacional, mostram tendência de gastos *per capita* mais elevados em educação infantil nos municípios com população acima de 500.000 e nos menores de 2.000 habitantes. Mas, ainda assim, com grande variação de valores.

A análise do incremento de gastos com o atendimento às novas vagas mostra graus de esforços individuais bastante diferenciados para os municípios. Seria necessário aprofundar a análise em alguns grupos de municípios, com perfis diferenciados, que exigirão grandes esforços para atender a demanda.

Em um primeiro momento, pensou-se que os municípios com maior investimento em educação infantil tivessem que fazer um esforço menor, em percentuais de gasto das receitas municipais, para a cobertura das novas vagas, e que os municípios de grande porte tivessem que fazer um esforço maior, devido à grande demanda. Os dados mostraram que, também nesse aspecto, não se pode dizer que exista um padrão por porte ou por outra característica qualquer.

Existem municípios (grandes e pequenos) com gastos elevados (acima de 10% das receitas correntes) que precisarão fazer investimentos elevados para cumprir a nova meta. Há ainda municípios grandes com gastos abaixo da média, que terão de fazer um esforço acima de 70% para cumprir a nova meta, conforme Tabela 24

**Tabela 24**  
**Exemplos de municípios, com população e percentuais de gastos na função educação com educação infantil, das Receitas Municipais com EI (2012) e suplementares com EI (2020)**

Município	População	Percentual de gastos da educação com educação infantil	Percentual de gastos das receitas municipais com a educação infantil (2012)	Percentual de gastos suplementares com educação infantil (2020)
Carapicuíba	373.358	46,24%	10,88%	101%
Engenheiro Coelho	16.580	38,71%	11,74%	110%
Itaquaquecetuba	329.144	31,99%	12,88%	104%
Guaíçara	10.891	34,91%	11,60%	96%
Mauá	425.169	67,99%	10,11%	94%
Rio Grande da Serra	45.014	59,74%	12,54%	94%
Francisco Morato	157.603	29,74%	11,17%	79%
Santo André	680.496	38,32%	6,72%	101%
Taboão da Serra	251.608	22,19%	6,88%	79%
São José dos Campos	643.603	27,47%	5,23%	68%
Itapeverica da Serra	156.077	24,08%	6,23%	91%
Guaratinguetá	113.258	16,42%	4,49%	80%
Cotia	209.027	24,30%	6,95%	98%

Fonte: Convênio Fundações – Seade, Cepam e Fundap.

Cerca de 170 municípios necessitarão incrementar os gastos com educação infantil em patamares acima de 50%. Desses, 80 municípios terão incremento acima de 80% e um grupo de 27 municípios exige incrementos acima de 100%.

De todas as variáveis observadas, o dado mais significativo para medir a capacidade de atendimento da nova demanda parece ser o nível de gasto das receitas municipais com a educação infantil, independentemente do porte ou qualquer outra característica do município. Um município que já gasta mais de 10% das suas receitas totais (correntes) com essa etapa de ensino não deve ter margem para crescimento desses gastos, independentemente do nível do esforço suplementar a ser feito.

Nesse sentido, esse grupo de municípios deveria ser o foco de atenção, por parte dos governos estadual e federal, para que obtenham apoio financeiro a fim de cumprir as metas propostas. Esse grupo é composto por 67 municípios (Anexo 3).

Vale ressaltar que o Estado pode também oferecer apoio à melhoria de gestão a outro grupo de municípios, que tem gasto *per capita* acima das médias, pois os resultados de uma boa gestão podem ter impacto positivo no gasto geral e, com isso, o município melhorar as suas condições de atendimento às novas demandas. Esse grupo é composto por 91 municípios, com gastos superiores na educação infantil; 119 na pré-escola; e 151 na creche.

O PNE preconiza a ampliação do acesso à educação infantil e melhoria da qualidade do atendimento. Neste trabalho, em função do prazo de duração do convênio, não foi possível avançar na discussão da qualidade, apenas restringir-se aos aspectos de acesso à creche e pré-escola e aos custos incrementais para viabilizar as novas vagas.

A qualidade da educação infantil ofertada faz-se cada vez mais necessária, tendo em vista, principalmente, o grande volume de vagas disponibilizadas por instituições conveniadas, uma vez que muitos municípios ampliaram, principalmente o acesso à creche, por meio dessa rede.

Observa-se que é necessário ampliar as alternativas de financiamento para viabilizar o incremento de vagas em creche e pré-escola. As mudanças necessárias na estrutura de financiamento da educação exigem, primeiramente, o reconhecimento, pelos atores sociais, de que a educação infantil é uma prioridade na melhoria da qualidade da educação brasileira.

Outro ponto a ser destacado refere-se ao Siope. Há avanços significativos na produção e disponibilização de informações sobre a educação, entretanto, é necessário, ainda, discutir com os municípios a qualidade das informações disponibilizadas, ou a apropriação dos gastos na educação, uma vez que se percebe muita discrepância nos dados.

Para melhor entendimento da educação municipal, é necessária a análise de dados das demais etapas de ensino (fundamental e médio) para verificar as alternativas de financiamento. Alguns gestores municipais, em função dos Termos de Ajuste de Conduta

(TACs) para ampliação do acesso em educação infantil, têm ponderado a opção de não atender mais o 2º Ciclo do Ensino Fundamental e centrar esforços na educação infantil.

Como a análise aqui realizada é exploratória, foram feitas estimativas de crescimento da população, da necessidade de vagas e do impacto financeiro. Entretanto, há outras variáveis que deveriam ser estudadas, para verificar a viabilidade de implementação de novas ações municipais nessa etapa de ensino. Entre elas, analisar os orçamentos municipais em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (limite de gastos com pessoal, ampliação de profissionais necessários, ampliação orçamentária, etc.); possibilidade de contratação; Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração; existência de espaço físico e infraestrutura adequados; possibilidade de parcerias com instituições; quantidade de crianças em situação de vulnerabilidade; entre outros aspectos.

Essas informações possibilitariam um diagnóstico mais efetivo para a formulação de um programa estadual de apoio aos municípios para atender às metas do PNE.

Além disso, o estudo realizado deve dialogar com outros, como o Custo Aluno Qualidade Inicial, estimativas do Ministério da Educação (MEC) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre outros.

Ressalta-se que a colaboração técnica e financeira da União e do estado de São Paulo disponibilizada aos municípios para implementar a política de educação infantil, por meio de programas como: Creche Escola; Proinfância; Brasil Carinhoso; PDDE; etc., ajudam, mas não são suficientes para viabilizar as metas do PNE.

O apoio financeiro dos entes, na construção ou reformas de unidades escolares e no fornecimento de equipamentos, representa um avanço na política, mas esses investimentos gerarão despesas de custeio que necessitam ter fontes de financiamento.

É necessário, ainda, oferecer alternativas construtivas aos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, uma vez que a disponibilização de terrenos é um dos principais entraves na ampliação de vagas.

Por fim, é importante salientar que a educação é a terceira prioridade da gestão 2013-2016 para os municípios paulistas. Dos 367 participantes da pesquisa, 276 localidades (75%) colocaram a educação como uma das quatro primeiras prioridades da sua administração. Assim, há um interesse dos executivos municipais em ampliar o acesso à educação infantil que poderia ser apoiado pelo Estado e União para consolidar o acesso desta etapa de ensino no Estado de São Paulo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que as equipes levantavam informações sobre oferta e demanda por educação infantil, elaboravam as projeções da situação dos municípios em relação ao acesso a esse segmento de ensino e discutiam os resultados obtidos, várias questões surgiram, indicando a necessidade de ampliação do escopo do estudo que estava sendo realizado.

Assim, ao longo desse processo, ficou claro que o dimensionamento da capacidade dos municípios no cumprimento das metas de atendimento na educação infantil implicava também conhecer outros fatores que afetam diretamente a atual e futura oferta de vagas: as características da infraestrutura escolar hoje existente nos municípios para esse nível de ensino, a forma de atendimento realizada, o perfil dos docentes e, especialmente, a capacidade de financiamento e execução de programas.

Apesar do tempo exíguo estabelecido para este projeto, as equipes conseguiram levantar, tratar e organizar informações preciosas junto a diferentes fontes de informação como Censo Escolar (Perfil Docente e Infraestrutura) e Siope (financeira), que não haviam sido contempladas na proposta.

Mesmo cientes da fragilidade das informações financeiras relativas às receitas e despesas dos municípios – considerando que os dados mais confiáveis não poderiam ser solicitados em prazo tão curto – e da necessidade de aprofundamento, discussão e crítica das informações levantadas, a ampliação do estudo possibilita, de forma mais adequada, subsidiar a tomada de decisão pelo governo do Estado de São Paulo sobre as ações para apoiar os municípios.

A inegável atenção que vem sendo dada pelo Governo do Estado de São Paulo e pelo Governo Federal visando contribuir para o cumprimento da meta de atendimento para educação infantil, hoje expressa em programas de financiamento para construção e compra de equipamentos e mobiliário, além de outros programas que também abrangem esse nível de ensino, como a merenda escolar, transporte escolar, entre outros, talvez deva ser abordada de forma mais ampla, ou seja, com a discussão de uma política pública para educação infantil.

O estudo apresentou diferentes cenários de atendimento, as condições atuais e futuras de financiamento desse nível de ensino e as dificuldades que deverão ser enfrentadas para ofertá-lo com qualidade. Porém, temos clareza que seu aprofundamento possibilitaria oferecer informações mais precisas e apuradas que poderiam vir a subsidiar discussões sobre alternativas ao modelo de atendimento da educação infantil; novas possibilidades de financiamento para o segmento e novos modelos de gestão.

A importância do tema e abordagem do projeto pôde ser verificada na oficina de trabalho realizada com especialistas para apresentação e discussão dos resultados, ocasião

em que foi destacado o ineditismo da organização das informações, das projeções e cenários. Ainda cabe registrar que várias outras demandas surgiram a partir da oficina: solicitações de apresentação dos resultados para técnicos da Secretaria Estadual da Educação e pesquisadores da Fundação Carlos Chagas, instituição reconhecida na área de pesquisas educacionais; além de demandas de municípios sobre disponibilização dos dados levantados e estudos complementares como o solicitado pelo Conselho Estadual de Educação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. *Pesquisa Prefeitos Eleitos do Estado de São Paulo (2013-2016)*. São Paulo, 2013.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). *Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE)*. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao/siope-relatorios-municipais>>. Acesso em: 5 out. 2013.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. CONTAS ANUAIS. *Execução orçamentária dos municípios - 2012*. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/component/content/article/48-prefeituras-governos-estaduais/767-contas-anuais>>. Acesso em: out. 2013

SUMIYA, Lilia Asuca; FRANZESE, Cibele. Relações intergovernamentais: o Fundef e a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo. In: VIEITEZ, C. G.; BARONE, R. E. M. (Org.). *Educação e Políticas Públicas - tópicos para o debate*. São Paulo: Junqueira&Marin Editores, 2007.

## **Anexo I**

---

Tabelas Complementares de Oferta e Demanda

**Tabela 1**  
**Docentes de Escolas Públicas de Creches e de Pré-Escola de Ensino Regular segundo Dependência Administrativa onde atuam por Tipo de Contrato nas Escolas Públicas**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Etapa de Ensino e Tipo de Contrato	Dependência Administrativa							
	Número de Docentes				Distribuição (em %)			
	Total	Apenas Rede Pública	Rede Pública + Privada Conveniada	Rede Pública + Particular não Conveniada	Total	Apenas Rede Pública	Rede Pública + Particular Conveniada	Rede Pública + Particular não Conveniada
<b>Creche</b>								
<b>Total de Docentes de Escolas Públicas</b>	<b>35.351</b>	<b>35.123</b>	<b>53</b>	<b>175</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Concursado/ Efetivo/ Estável	32.105	31.930	41	134	90,8	90,9	77,4	76,6
Contrato Temporário	3.074	3.030	11	33	8,7	8,6	20,8	18,9
Contrato Terceirizado	77	69	1	7	0,2	0,2	1,9	4,0
Contrato CLT	22	22	0	0	0,1	0,1	0,0	0,0
Dois regimes	73	72	0	1	0,2	0,2	0,0	0,6
<b>Pré-Escola</b>								
<b>Total de Docentes de Escolas Públicas</b>	<b>38.716</b>	<b>38.402</b>	<b>43</b>	<b>271</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Concursado/ Efetivo/ Estável	35.236	34.995	29	212	91,0	91,1	67,4	78,2
Contrato Temporário	3.247	3.179	14	54	8,4	8,3	32,6	19,9
Contrato Terceirizado	27	26	0	1	0,1	0,1	0,0	0,4
Contrato CLT	21	20	0	1	0,1	0,1	0,0	0,4
Concursado/ Efetivo/ Estável + outro regime de contratação	185	182	0	3	0,5	0,5	0,0	1,1

**Fonte:** MEC/Inep. Censo Escolar.

**Nota:** Docentes são os indivíduos que estavam em efetiva regência de classe em 25/05/2012. Docentes são contados uma única vez em cada etapa de ensino, porém podem atuar em mais de uma etapa. Pré-Escola: inclui as turmas de Educação Infantil - Unificada.

**Tabela 2**  
**Docentes de Creches e de Pré-Escola de Ensino Regular segundo Dependência Administrativa**  
**por Número de Turmas e de Escolas onde leciona**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Etapa de Ensino e Número de Turmas e de Escolas onde leciona	Dependência Administrativa													
	Número de Docentes							Distribuição (em %)						
	Total	Apenas Rede Pública	Rede Pública + Privada Conveniada	Rede Pública + Privada não Conveniada	Apenas Privada Conveniada	Privada Conveniada + não Conveniada	Apenas Privada não Conveniada	Total	Apenas Rede Pública	Rede Pública + Privada Conveniada	Rede Pública + Privada não Conveniada	Apenas Privada Conveniada	Privada Conveniada + não Conveniada	Apenas Privada não Conveniada
<b>Creche</b>														
<b>Turmas</b>														
<b>Total de Docentes</b>	<b>64.981</b>	<b>35.123</b>	<b>53</b>	<b>175</b>	<b>15.633</b>	<b>46</b>	<b>13.951</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
1 turma	56.108	32.271	0	0	14.591	0	9.246	86,3	91,9	0,0	0,0	93,3	0,0	66,3
2 turmas	6.539	2.379	45	137	636	29	3.313	10,1	6,8	84,9	78,3	4,1	63,0	23,7
3 ou mais turmas	2.334	473	8	38	406	17	1.392	3,6	1,3	15,1	21,7	2,6	37,0	10,0
<b>Escolas</b>														
<b>Total de Docentes</b>	<b>64.981</b>	<b>35.123</b>	<b>53</b>	<b>175</b>	<b>15.633</b>	<b>46</b>	<b>13.951</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
1 Escola	63.846	34.458	0	0	15.604	0	13.784	98,3	98,1	0,0	0,0	99,8	0,0	98,8
2 ou mais Escolas	1.135	665	53	175	29	46	167	1,7	1,9	100,0	100,0	0,2	100,0	1,2

**Tabela 2**  
**Docentes de Creches e de Pré-Escola de Ensino Regular segundo Dependência Administrativa**  
**por Número de Turmas e de Escolas onde leciona**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Etapa de Ensino e Número de Turmas e de Escolas onde leciona	Dependência Administrativa													
	Número de Docentes							Distribuição (em %)						
	Total	Apenas Rede Pública	Rede Pública + Privada Conveniada	Rede Pública + Privada não Conveniada	Apenas Privada Conveniada	Privada Conveniada + não Conveniada	Apenas Privada não Conveniada	Total	Apenas Rede Pública	Rede Pública + Privada Conveniada	Rede Pública + Privada não Conveniada	Apenas Privada Conveniada	Privada Conveniada + não Conveniada	Apenas Privada não Conveniada
<b>Pré-Escola</b>														
<b>Turmas</b>														
<b>Total de Docentes</b>	<b>55.948</b>	<b>38.402</b>	<b>43</b>	<b>271</b>	<b>1.763</b>	<b>30</b>	<b>15.439</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
1 turma	42.131	30.885	0	0	1.468	0	9.778	75,3	80,4	0,0	0,0	83,3	0,0	63,3
2 turmas	9.815	5.656	41	212	165	19	3.722	17,5	14,7	95,3	78,2	9,4	63,3	24,1
3 ou mais turmas	4.002	1.861	2	59	130	11	1.939	7,2	4,8	4,7	21,8	7,4	36,7	12,6
<b>Escolas</b>														
<b>Total de Docentes</b>	<b>55.948</b>	<b>38.402</b>	<b>43</b>	<b>271</b>	<b>1.763</b>	<b>30</b>	<b>15.439</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
1 Escola	53.496	36.549	0	0	1.756	0	15.191	95,6	95,2	0,0	0,0	99,6	0,0	98,4
2 ou mais Escolas	2.452	1.853	43	271	7	30	248	4,4	4,8	100,0	100,0	0,4	100,0	1,6

**Fonte:** MEC/Inep. Censo Escolar.

**Nota:** Docentes são os indivíduos que estavam em efetiva regência de classe em 25/05/2012. Docentes são contados uma única vez em cada etapa de ensino, porém podem atuar em mais de uma etapa. Pré-Escola: inclui as turmas de Educação Infantil - Unificada.

**Tabela 3**  
**Docentes de Creches de Ensino Regular segundo Escolaridade/ Formação por Dependência Administrativa**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Escolaridade/ Formação dos Docentes de Creche	Dependência Administrativa						
	Total	Apenas Rede Pública	Rede Pública + Privada Conveniada	Rede Pública + Privada não Conveniada	Apenas Privada Conveniada	Privada Conveniada + não Conveniada	Apenas Privada não Conveniada
<b>Total de Docentes de Creche</b>	<b>64.981</b>	<b>35.123</b>	<b>53</b>	<b>175</b>	<b>15.633</b>	<b>46</b>	<b>13.951</b>
<b>Ensino Fundamental</b>	<b>286</b>	<b>117</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>26</b>	<b>1</b>	<b>141</b>
Com Curso de Formação Específico para Creche	45	14	0	0	3	1	27
Sem Curso de Formação Específico para Creche	241	103	1	0	23	0	114
<b>Total do Ensino Médio</b>	<b>18.040</b>	<b>6.801</b>	<b>7</b>	<b>27</b>	<b>7.087</b>	<b>15</b>	<b>4.103</b>
<b>Ensino Médio Normal/ Magistério</b>	<b>15.228</b>	<b>5.903</b>	<b>6</b>	<b>16</b>	<b>6.622</b>	<b>10</b>	<b>2.671</b>
Com Curso de Formação Específico para Creche	1.565	700	1	2	561	1	300
Sem Curso de Formação Específico para Creche	13.663	5.203	5	14	6.061	9	2.371
<b>Ensino Médio</b>	<b>2.812</b>	<b>898</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>465</b>	<b>5</b>	<b>1.432</b>
Com Curso de Formação Específico para Creche	208	82	0	2	35	2	87
Sem Curso de Formação Específico para Creche	2.604	816	1	9	430	3	1.345
<b>Total do Ensino Superior</b>	<b>46.655</b>	<b>28.205</b>	<b>45</b>	<b>148</b>	<b>8.520</b>	<b>30</b>	<b>9.707</b>
<b>Ensino Superior com Licenciatura</b>	<b>43.320</b>	<b>26.049</b>	<b>41</b>	<b>139</b>	<b>8.318</b>	<b>30</b>	<b>8.743</b>
Com Curso de Pedagogia	149	129	1	0	2	0	17
Com Curso de Formação Específico para Creche	25	19	0	0	0	0	6
Sem Curso de Formação Específico para Creche	124	110	1	0	2	0	11
Sem Curso de Pedagogia	43.171	25.920	40	139	8.316	30	8.726
Com Curso de Formação Específico para Creche	4.531	2.971	5	11	900	3	641
Sem Curso de Formação Específico para Creche	38.640	22.949	35	128	7.416	27	8.085

**Tabela 3**  
**Docentes de Creches de Ensino Regular segundo Escolaridade/ Formação por Dependência Administrativa**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Escolaridade/ Formação dos Docentes de Creche	Dependência Administrativa						
	Total	Apenas Rede Pública	Rede Pública + Privada Conveniada	Rede Pública + Privada não Conveniada	Apenas Privada Conveniada	Privada Conveniada + não Conveniada	Apenas Privada não Conveniada
<b>Ensino Superior</b>	<b>3.335</b>	<b>2.156</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>202</b>	<b>0</b>	<b>964</b>
Com Curso de Pedagogia	1.335	1.062	1	4	62	0	206
Com Curso de Formação Específico para Creche	133	72	0	1	8	0	52
Sem Curso de Formação Específico para Creche	1.202	990	1	3	54	0	154
Sem Curso de Pedagogia	2.000	1.094	3	5	140	0	758
Com Curso de Formação Específico para Creche	120	77	0	0	13	0	30
Sem Curso de Formação Específico para Creche	1.880	1.017	3	5	127	0	728
<b>Total de Docentes de Creche</b>	<b>64.981</b>	<b>35.123</b>	<b>53</b>	<b>175</b>	<b>15.633</b>	<b>46</b>	<b>13.951</b>
Com escolaridade/formação para lecionar em Creche (1)	60.256	33.187	48	161	15.053	43	11.764
Sem escolaridade/formação para lecionar em Creche	4.725	1.936	5	14	580	3	2.187

**Fonte:** MEC/Inep. Censo Escolar.

(1) Superior com Licenciatura ou curso de Pedagogia ou Normal/Magistério ou Curso de Formação Específico para Creche.

**Nota:** Docentes são os indivíduos que estavam em efetiva regência de classe em 25/05/2012. Docentes são contados uma única vez em cada etapa de ensino, porém podem atuar em mais de uma etapa. Pré-Escola: inclui as turmas de Educação Infantil - Unificada.

**Tabela 3a**  
**Distribuição dos Docentes de Creches de Ensino Regular segundo Escolaridade/ Formação por Dependência Administrativa**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Em porcentagem

Escolaridade/ Formação dos Docentes de Creche	Dependência Administrativa						
	Total	Apenas Rede Pública	Rede Pública + Privada Conveniada	Rede Pública + Privada não Conveniada	Apenas Privada Conveniada	Privada Conveniada + não Conveniada	Apenas Privada não Conveniada
<b>Total de Docentes de Creche</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Ensino Fundamental</b>	<b>0,4</b>	<b>0,3</b>	<b>1,9</b>	<b>0,0</b>	<b>0,2</b>	<b>2,2</b>	<b>1,0</b>
Com Curso de Formação Específico para Creche	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	0,2
Sem Curso de Formação Específico para Creche	0,4	0,3	1,9	0,0	0,1	0,0	0,8
<b>Total do Ensino Médio</b>	<b>27,8</b>	<b>19,4</b>	<b>13,2</b>	<b>15,4</b>	<b>45,3</b>	<b>32,6</b>	<b>29,4</b>
<b>Ensino Médio Normal/ Magistério</b>	<b>23,4</b>	<b>16,8</b>	<b>11,3</b>	<b>9,1</b>	<b>42,4</b>	<b>21,7</b>	<b>19,1</b>
Com Curso de Formação Específico para Creche	2,4	2,0	1,9	1,1	3,6	2,2	2,2
Sem Curso de Formação Específico para Creche	21,0	14,8	9,4	8,0	38,8	19,6	17,0
<b>Ensino Médio</b>	<b>4,3</b>	<b>2,6</b>	<b>1,9</b>	<b>6,3</b>	<b>3,0</b>	<b>10,9</b>	<b>10,3</b>
Com Curso de Formação Específico para Creche	0,3	0,2	0,0	1,1	0,2	4,3	0,6
Sem Curso de Formação Específico para Creche	4,0	2,3	1,9	5,1	2,8	6,5	9,6
<b>Total do Ensino Superior</b>	<b>71,8</b>	<b>80,3</b>	<b>84,9</b>	<b>84,6</b>	<b>54,5</b>	<b>65,2</b>	<b>69,6</b>
<b>Ensino Superior com Licenciatura</b>	<b>66,7</b>	<b>74,2</b>	<b>77,4</b>	<b>79,4</b>	<b>53,2</b>	<b>65,2</b>	<b>62,7</b>
Com Curso de Pedagogia	0,2	0,4	1,9	0,0	0,0	0,0	0,1
Com Curso de Formação Específico para Creche	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sem Curso de Formação Específico para Creche	0,2	0,3	1,9	0,0	0,0	0,0	0,1
Sem Curso de Pedagogia	66,4	73,8	75,5	79,4	53,2	65,2	62,5
Com Curso de Formação Específico para Creche	7,0	8,5	9,4	6,3	5,8	6,5	4,6
Sem Curso de Formação Específico para Creche	59,5	65,3	66,0	73,1	47,4	58,7	58,0

**Tabela 3a**  
**Distribuição dos Docentes de Creches de Ensino Regular segundo Escolaridade/ Formação por Dependência Administrativa**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Em porcentagem

Escolaridade/ Formação dos Docentes de Creche	Dependência Administrativa						
	Total	Apenas Rede Pública	Rede Pública + Privada Conveniada	Rede Pública + Privada não Conveniada	Apenas Privada Conveniada	Privada Conveniada + não Conveniada	Apenas Privada não Conveniada
<b>Ensino Superior</b>	<b>5,1</b>	<b>6,1</b>	<b>7,5</b>	<b>5,1</b>	<b>1,3</b>	<b>0,0</b>	<b>6,9</b>
Com Curso de Pedagogia	2,1	3,0	1,9	2,3	0,4	0,0	1,5
Com Curso de Formação Específico para Creche	0,2	0,2	0,0	0,6	0,1	0,0	0,4
Sem Curso de Formação Específico para Creche	1,8	2,8	1,9	1,7	0,3	0,0	1,1
Sem Curso de Pedagogia	3,1	3,1	5,7	2,9	0,9	0,0	5,4
Com Curso de Formação Específico para Creche	0,2	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0	0,2
Sem Curso de Formação Específico para Creche	2,9	2,9	5,7	2,9	0,8	0,0	5,2
<b>Total de Docentes de Creche</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Com escolaridade/formação para lecionar em Creche (1)	92,7	94,5	90,6	92,0	96,3	93,5	84,3
Sem escolaridade/formação para lecionar em Creche	7,3	5,5	9,4	8,0	3,7	6,5	15,7

**Fonte: MEC/Inep. Censo Escolar.**

(1) Superior com Licenciatura ou curso de Pedagogia ou Normal/Magistério ou Curso de Formação Específico para Creche.

**Nota:** Docentes são os indivíduos que estavam em efetiva regência de classe em 25/05/2012. Docentes são contados uma única vez em cada etapa de ensino, porém podem atuar em mais de uma etapa. Pré-Escola: inclui as turmas de Educação Infantil - Unificada.

**Tabela 4**  
**Docentes de Pré-Escola de Ensino Regular segundo Escolaridade/ Formação por Dependência Administrativa**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Escolaridade/ Formação dos Docentes de Pré-Escola	Dependência Administrativa						
	Total	Apenas Rede Pública	Rede Pública + Privada Conveniada	Rede Pública + Privada não Conveniada	Apenas Privada Conveniada	Privada Conveniada + não Conveniada	Apenas Privada não Conveniada
<b>Total de Docentes de Pré-Escola</b>	<b>55.948</b>	<b>38.402</b>	<b>43</b>	<b>271</b>	<b>1.763</b>	<b>30</b>	<b>15.439</b>
<b>Ensino Fundamental</b>	<b>103</b>	<b>37</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>60</b>
Com Curso de Formação Específico para Pré-Escola	13	3	0	0	1	0	9
Sem Curso de Formação Específico para Pré-Escola	90	34	0	0	5	0	51
<b>Total do Ensino Médio</b>	<b>9.126</b>	<b>4.703</b>	<b>4</b>	<b>29</b>	<b>495</b>	<b>4</b>	<b>3.891</b>
<b>Ensino Médio Normal/ Magistério</b>	<b>7.437</b>	<b>4.241</b>	<b>4</b>	<b>26</b>	<b>369</b>	<b>2</b>	<b>2.795</b>
Com Curso de Formação Específico para Pré-Escola	1.387	901	2	4	39	0	441
Sem Curso de Formação Específico para Pré-Escola	6.050	3.340	2	22	330	2	2.354
<b>Ensino Médio</b>	<b>1.689</b>	<b>462</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>126</b>	<b>2</b>	<b>1.096</b>
Com Curso de Formação Específico para Pré-Escola	115	38	0	0	11	0	66
Sem Curso de Formação Específico para Pré-Escola	1.574	424	0	3	115	2	1.030
<b>Total do Ensino Superior</b>	<b>46.719</b>	<b>33.662</b>	<b>39</b>	<b>242</b>	<b>1.262</b>	<b>26</b>	<b>11.488</b>
<b>Ensino Superior com Licenciatura</b>	<b>43.187</b>	<b>31.405</b>	<b>39</b>	<b>230</b>	<b>1.199</b>	<b>24</b>	<b>10.290</b>
Com Curso de Pedagogia	289	267	0	2	3	0	17
Com Curso de Formação Específico para Pré-Escola	89	82	0	0	0	0	7
Sem Curso de Formação Específico para Pré-Escola	200	185	0	2	3	0	10
Sem Curso de Pedagogia	42.898	31.138	39	228	1.196	24	10.273
Com Curso de Formação Específico para Pré-Escola	9.643	8.045	5	59	175	2	1.357
Sem Curso de Formação Específico para Pré-Escola	33.255	23.093	34	169	1.021	22	8.916

**Tabela 4**  
**Docentes de Pré-Escola de Ensino Regular segundo Escolaridade/ Formação por Dependência Administrativa**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Escolaridade/ Formação dos Docentes de Pré-Escola	Dependência Administrativa						
	Total	Apenas Rede Pública	Rede Pública + Privada Conveniada	Rede Pública + Privada não Conveniada	Apenas Privada Conveniada	Privada Conveniada + não Conveniada	Apenas Privada não Conveniada
<b>Ensino Superior</b>	<b>3.532</b>	<b>2.257</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>63</b>	<b>2</b>	<b>1.198</b>
Com Curso de Pedagogia	1.091	901	0	5	1	0	184
Com Curso de Formação Específico para Pré-Escola	120	81	0	2	1	0	36
Sem Curso de Formação Específico para Pré-Escola	971	820	0	3	0	0	148
Sem Curso de Pedagogia	2.441	1.356	0	7	62	2	1.014
Com Curso de Formação Específico para Pré-Escola	400	307	0	3	3	0	87
Sem Curso de Formação Específico para Pré-Escola	2.041	1.049	0	4	59	2	927
<hr/>							
<b>Total de Docentes de Pré-Escola</b>	<b>55.948</b>	<b>38.402</b>	<b>43</b>	<b>271</b>	<b>1.763</b>	<b>30</b>	<b>15.439</b>
Com escolaridade/formação para lecionar em Pré-Escola	52.243	36.895	43	264	1.584	26	13.431
(1) Sem escolaridade/formação para lecionar em Pré-Escola	3.705	1.507	0	7	179	4	2.008

**Fonte: MEC/Inep. Censo Escolar.**

(1) Ensino superior com Licenciatura ou curso de Pedagogia ou Normal/Magistério ou Curso de Formação Específico para Pré-Escola.

**Nota:** Docentes são os indivíduos que estavam em efetiva regência de classe em 25/05/2012. Docentes são contados uma única vez em cada etapa de ensino, porém podem atuar em mais de uma etapa. Pré-Escola: inclui as turmas de Educação Infantil - Unificada.

**Tabela 4a**  
**Distribuição dos Docentes de Pré-Escola de Ensino Regular segundo Escolaridade/ Formação por Dependência Administrativa**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Em porcentagem

Escolaridade/ Formação dos Docentes de Pré-Escola	Dependência Administrativa						
	Total	Apenas Rede Pública	Rede Pública + Particular Conveniada	Rede Pública + Particular não Conveniada	Apenas Particular Conveniada	Particular Conveniada + não Conveniada	Apenas Particular não Conveniada
<b>Total de Docentes de Pré-Escola</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Ensino Fundamental</b>	<b>0,2</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,3</b>	<b>0,0</b>	<b>0,4</b>
Com Curso de Formação Específico para Pré-Escola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1
Sem Curso de Formação Específico para Pré-Escola	0,2	0,1	0,0	0,0	0,3	0,0	0,3
<b>Total do Ensino Médio</b>	<b>16,3</b>	<b>12,2</b>	<b>9,3</b>	<b>10,7</b>	<b>28,1</b>	<b>13,3</b>	<b>25,2</b>
<b>Ensino Médio Normal/ Magistério</b>	<b>13,3</b>	<b>11,0</b>	<b>9,3</b>	<b>9,6</b>	<b>20,9</b>	<b>6,7</b>	<b>18,1</b>
Com Curso de Formação Específico para Pré-Escola	2,5	2,3	4,7	1,5	2,2	0,0	2,9
Sem Curso de Formação Específico para Pré-Escola	10,8	8,7	4,7	8,1	18,7	6,7	15,2
<b>Ensino Médio</b>	<b>3,0</b>	<b>1,2</b>	<b>0,0</b>	<b>1,1</b>	<b>7,1</b>	<b>6,7</b>	<b>7,1</b>
Com Curso de Formação Específico para Pré-Escola	0,2	0,1	0,0	0,0	0,6	0,0	0,4
Sem Curso de Formação Específico para Pré-Escola	2,8	1,1	0,0	1,1	6,5	6,7	6,7
<b>Total do Ensino Superior</b>	<b>83,5</b>	<b>87,7</b>	<b>90,7</b>	<b>89,3</b>	<b>71,6</b>	<b>86,7</b>	<b>74,4</b>
<b>Ensino Superior com Licenciatura</b>	<b>77,2</b>	<b>81,8</b>	<b>90,7</b>	<b>84,9</b>	<b>68,0</b>	<b>80,0</b>	<b>66,6</b>
Com Curso de Pedagogia	0,5	0,7	0,0	0,7	0,2	0,0	0,1
Com Curso de Formação Específico para Pré-Escola	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sem Curso de Formação Específico para Pré-Escola	0,4	0,5	0,0	0,7	0,2	0,0	0,1
Sem Curso de Pedagogia	76,7	81,1	90,7	84,1	67,8	80,0	66,5
Com Curso de Formação Específico para Pré-Escola	17,2	20,9	11,6	21,8	9,9	6,7	8,8
Sem Curso de Formação Específico para Pré-Escola	59,4	60,1	79,1	62,4	57,9	73,3	57,7

**Tabela 4a**  
**Distribuição dos Docentes de Pré-Escola de Ensino Regular segundo Escolaridade/ Formação por Dependência Administrativa**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Em porcentagem

Escolaridade/ Formação dos Docentes de Pré-Escola	Dependência Administrativa						
	Total	Apenas Rede Pública	Rede Pública + Particular Conveniada	Rede Pública + Particular não Conveniada	Apenas Particular Conveniada	Particular Conveniada + não Conveniada	Apenas Particular não Conveniada
<b>Ensino Superior</b>	<b>6,3</b>	<b>5,9</b>	<b>0,0</b>	<b>4,4</b>	<b>3,6</b>	<b>6,7</b>	<b>7,8</b>
Com Curso de Pedagogia	2,0	2,3	0,0	1,8	0,1	0,0	1,2
Com Curso de Formação Específico para Pré-Escola	0,2	0,2	0,0	0,7	0,1	0,0	0,2
Sem Curso de Formação Específico para Pré-Escola	1,7	2,1	0,0	1,1	0,0	0,0	1,0
Sem Curso de Pedagogia	4,4	3,5	0,0	2,6	3,5	6,7	6,6
Com Curso de Formação Específico para Pré-Escola	0,7	0,8	0,0	1,1	0,2	0,0	0,6
Sem Curso de Formação Específico para Pré-Escola	3,6	2,7	0,0	1,5	3,3	6,7	6,0
<b>Total de Docentes de Pré-Escola</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Com escolaridade/formação para lecionar em Pré-Escola (1)	93,4	96,1	100,0	97,4	89,8	86,7	87,0
Sem escolaridade/formação para lecionar em Pré-Escola	6,6	3,9	0,0	2,6	10,2	13,3	13,0

**Fonte: MEC/Inep. Censo Escolar.**

(1) Ensino superior com Licenciatura ou curso de Pedagogia ou Normal/Magistério ou Curso de Formação Específico para Pré-Escola.

**Nota:** Docentes são os indivíduos que estavam em efetiva regência de classe em 25/05/2012. Docentes são contados uma única vez em cada etapa de ensino, porém podem atuar em mais de uma etapa. Pré-Escola: inclui as turmas de Educação Infantil - Unificada.

**Tabela 5**  
**Número e Distribuição de Escolas segundo Etapa de Ensino e Dependência Administrativa**  
**Estado de São Paulo – 2012**

Etapa de Ensino	Número de Escolas segundo Dependência Administrativa				Distribuição das Escolas segundo Dependência Administrativa (%)			
	Total	Pública	Privada com Convênio	Privada sem Convênio	Total	Pública	Privada com Convênio	Privada sem Convênio
Total	28263	18349	2671	7243	100,0	100,0	100,0	100,0
Com Ensino Regular	26976	17500	2287	7189	95,4	95,4	85,6	99,3
Apenas Ensino Fundamental e/ou Médio	11160	9271	34	1855	39,5	50,5	1,3	25,6
Com Creche e Pré-Escola	15816	8229	2253	5334	56,0	44,8	84,4	73,6
Apenas Creche	3717	1874	1682	161	13,2	10,2	63,0	2,2
Apenas Pré-Escola	1458	1401	4	53	5,2	7,6	0,1	0,7
Creche + Pré-Escola	5176	2726	469	1981	18,3	14,9	17,6	27,4
Creche + Ensino Fundamental e/ou Médio	21	10	1	10	0,1	0,1	0,0	0,1
Pré-Escola + Ensino Fundamental e/ou Médio	2122	1607	22	493	7,5	8,8	0,8	6,8
Creche + Pré-Escola + Ensino Fundamental e/ou Médio	3322	611	75	2636	11,8	3,3	2,8	36,4
Total com Creche	12236	5221	2227	4788	43,3	28,5	83,4	66,1
Total com Pré-Escola	12078	6345	570	5163	42,7	34,6	21,3	71,3
Sem Ensino Regular	1287	849	384	54	4,6	4,6	14,4	0,7

Fonte: MEC/Inep. Censo Escolar.

## **Anexo II**

---

Municípios excluídos da análise dos gastos

## MUNICÍPIOS EXCLUÍDOS DA ANÁLISE DOS GASTOS

Álvaro de Carvalho	Indiana
Analândia	Itapuí
Araçariguama	Jeriquara
Bananal	Júlio Mesquita
Barra do Chapéu	Lupércio
Boa Esperança do Sul	Lutécia
Borá	Nova Canaã Paulista
Borebi	Pracinha
Campina do Monte Alegre	Quadra
Campos Novos Paulista	Redenção da Serra
Casa Branca	Salto Grande
Cássia dos Coqueiros	Santa Cruz das Palmeiras
Descalvado	Santo Expedito
Embu das Artes	Sarapuí
Emilianópolis	Sarutaiá
Florínia	Serra Azul
Holambra	Taiacu
Ibitinga	Tejupá
Ibiúna	Timburi
Iguape	Tremembé
Ilha Comprida	Vera Cruz

## **Anexo III**

---

**Municípios com gastos em educação infantil superiores a 10% das receitas correntes**

## MUNICÍPIOS COM GASTOS EM EDUCAÇÃO INFANTIL SUPERIORES A 10% DAS RECEITAS CORRENTES

Município	População
Borborema	14.731
Bauru	348.146
Arujá	77.279
Mauá	425.169
Barrinha	29.144
Balbinos	4.063
Araraquara	212.617
Anhumas	3.788
Ituverava	39.062
Jambeiro	5.554
Ribeirão dos Índios	2.182
Socorro	37.288
Macaubal	7.705
Ibirarema	6.880
Campinas	1.098.630
Glicério	4.586
São Pedro do Turvo	7.245
Roseira	9.754
Jarinu	24.875
São Carlos	226.322
São João do Pau d'Alho	2.092
Espírito Santo do Pinhal	42.123
Presidente Prudente	210.393
Carapicuíba	373.358
São Simão	14.448
Américo Brasiliense	35.413
Cabreúva	42.889
Quintana	6.089
Francisco Morato	157.603
Matão	77.546
Valparaíso	23.181
Monte Mor	50.702
São Paulo	11.376.685
Iracemápolis	20.705
Iaras	6.878
Suzano	267.583
Guaíçara	10.891
Registro	54.338
Novais	4.799
Engenheiro Coelho	16.580

<b>Município</b>	<b>População</b>
Embu-Guaçu	63.653
Tietê	37.609
Auriflama	14.307
Platina	3.242
Mirassol	54.618
Lins	72.260
Monte Azul Paulista	18.838
Bady Bassitt	15.065
Dumont	8.421
Ipaussu	13.831
Penápolis	59.096
Lucélia	20.119
Rio Grande da Serra	45.014
Pederneiras	42.235
Itaquaquecetuba	329.144
Pradópolis	18.052
Birigui	110.907
Dobrada	8.080
São Joaquim da Barra	47.256
Cajamar	66.131
Igaraçu do Tietê	23.475
Guararapes	30.862
Serra Negra	26.770
Mococa	66.399
Taguaí	11.336
Ribeirão Pires	114.361
Clementina	7.316
Itápolis	40.399
Alvinlândia	3.025